

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	4

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	5
3.2 - Medições não contábeis	6
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	7
3.4 - Política de destinação dos resultados	8
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	9
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	10
3.7 - Nível de endividamento	11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	12
3.9 - Outras informações relevantes	13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	17
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	18
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	19
4.5 - Processos sigilosos relevantes	20
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	21
4.7 - Outras contingências relevantes	22
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	23

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	24
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	26
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	28
5.4 - Outras informações relevantes	29
6. Histórico do emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	30
6.3 - Breve histórico	31
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	33
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	35
6.7 - Outras informações relevantes	36
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	37
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	38
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	39
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	42
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	43
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	44
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	45
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	46
7.9 - Outras informações relevantes	47
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	48
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	49
8.3 - Operações de reestruturação	50
8.4 - Outras informações relevantes	51
9. Ativos relevantes	
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	52
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	53

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	54
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	55
9.2 - Outras informações relevantes	56
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	57
10.2 - Resultado operacional e financeiro	69
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	72
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	73
10.5 - Políticas contábeis críticas	78
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	79
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	80
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	81
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	82
10.10 - Plano de negócios	83
10.11 - Outros fatores com influência relevante	84
11. Projeções	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	85
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	86
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	87
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	90
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	93
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	94
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	95
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	96
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	98
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	99

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	100
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	103
12.12 - Outras informações relevantes	104

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	105
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	108
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	114
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	117
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	118
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	119
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	120
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	121
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	122
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	123
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	124
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	125
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	126
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	127
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	128
13.16 - Outras informações relevantes	129

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	130
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	132
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	133

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	134
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	135
15.3 - Distribuição de capital	137
15.4 - Organograma dos acionistas	138
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	139
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	140
15.7 - Outras informações relevantes	141
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	142
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	143
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	145
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	146
17.2 - Aumentos do capital social	147
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	148
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	149
17.5 - Outras informações relevantes	150
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	151
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	153
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	154
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	155
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	156
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	157

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	158
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	159
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	160
18.10 - Outras informações relevantes	163
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	164
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	165
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	166
19.4 - Outras informações relevantes	167
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	168
20.2 - Outras informações relevantes	169
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	170
21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas	171
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	174
21.4 - Outras informações relevantes	175
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	176
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	177
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	178
22.4 - Outras informações relevantes	179

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

ADOLPHO LINDENBERG FILHO

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Período de prestação de serviço	01/11/2010 a 31/12/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 113 mil pela Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras em 2012
Justificativa da substituição	Incorporação da Terco Grant Thorton pela Ernest & Young em outubro/2010.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
ROBSON LEONARDO RODRIGUES	01/11/2010 a 31/12/2012	192.631.498-01	Avenida Nações Unidas, 12995, 13/14/15/16 ° ANDAR, BROOKLIN NOVO, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04578-000, Telefone (011) 30540077, Fax (011) 30540077

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.194.353/0001-64
Período de prestação de serviço	01/01/2013
Descrição do serviço contratado	Auditoria das Demonstrações Financeiras, Revisão Especial das Informações Trimestrais - ITR e Revisão dos Controles Internos e Ambiente de Informática atualmente em utilização.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 90 mil pela Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 R\$ 96 mil pela Auditoria e Revisão das Demonstrações Financeiras do exercício de 2014
Justificativa da substituição	Artigo 31 da Instrução CVM n.º 308, de 14 de maio de 1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período consecutivo de cinco anos.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Walter Dalsasso	01/01/2013	531.252.408-59	Rua Jose Guerra, 127, Chacara Sto Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51812911, e-mail: wdalsasso@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não Aplicável a companhia.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2013)	Exercício social (31/12/2012)	Exercício social (31/12/2011)
Patrimônio Líquido	10.038.244,00	-5.818.457,00	-8.849.360,00
Ativo Total	34.572.094,00	28.942.968,00	24.477.091,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	43.020.459,00	32.495.582,00	16.686.177,00
Resultado Bruto	20.142.000,00	15.081.000,00	7.552.000,00
Resultado Líquido	18.756.240,00	3.030.903,00	-6.576.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	372.119	372.119	372.119
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,000000	1,000000	1,000000
Resultado Líquido por Ação	50,400000	8,150000	26,330000



CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S/A.

ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICOS

Em 31 de dezembro de 2013

3.2 - Medições não contábeis

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

ILG = 1,04

Evidencia se os recursos financeiros aplicados no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo são suficientes para cobrir as obrigações totais, ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui R\$ 1,04

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ILC = 1,19

Revela se a capacidade da empresa em saldar seus compromissos a curto prazo, para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui R\$ 1,19

QUOCIENTE DE SOLVÊNCIA

QS = 1,41

Mede a margem de proteção que os credores da empresa contam contra sua insolvência

ÍNDICE GERAL DE ENDIVIDAMENTO

IGE = 0,71

Indica quanto a entidade usou de capitais de terceiros para financiar o Ativo, a CALSA tem 0,71% de seus Ativos financiados por terceiros

EBITDA (LAJIDA) ACUMULADO

MARGEM LAJIDA = 0,3240

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

EBIT (LAJIR) ACUMULADO

MARGEM LAJIR = 0,3244

Lucro antes do imposto de renda

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2014, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.884.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais

Segundo Artigos 30º, 31º, 32º, 33º e 34º do Estatuto Social da Companhia, segue abaixo política de destinação dos resultados:

Artigo 30º - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se os houver, e a provisão para o imposto de renda.

Artigo 31º - Do valor obtido na forma do artigo anterior, os administradores da sociedade destacarão, a seu critério, uma qualificação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, limitada, porém, ao total da remuneração anual desses órgãos ou a 10% (dez por cento) do resultado do exercício, depois de deduzidos os valores mencionados no artigo trigésimo, prevalecendo o limite menor.

Artigo 32º - Do lucro líquido do exercício, que é resultado remanescente depois de deduzidas as participações de que trata o artigo anterior, dele se destacará 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei 6.404/76, até que o seu montante atinja a 20% (vinte por cento) do capital social.

Artigo 33º - Do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, distribuir-se-á, obrigatoriamente, aos acionistas, como dividendos, 25% (vinte e cinco por cento) do mesmo, ressalvando o direito das ações preferenciais, conforme consta do artigo 5o., parágrafo terceiro, letra "a".

Artigo 34º - O saldo remanescente do lucro do exercício será destinado à conta de reserva estatutária, para a seguinte finalidade: aumento de capital, distribuição de dividendos futuros e aquisição de ações da Companhia, conforme estabelece o art. oitavo, item "j" - Parágrafo Primeiro - Todo o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição da reserva estatutária. Parágrafo Segundo - O limite máximo da reserva será de 20% (vinte por cento) do Capital Social.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2013	Exercício social 31/12/2012	Exercício social 31/12/2011
Lucro líquido ajustado	11.598.154,00		-5.142.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000		0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	186,850000		0,000000
Dividendo distribuído total	2.899.538,50		0,00
Lucro líquido retido	1.814.972,49		0,00
Data da aprovação da retenção	30/04/2014		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	966.515,43	09/05/2014				
Preferencial	1.933.023,07	09/05/2014				
					0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não distribuiu dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reserva constituídas dos últimos exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2013	725.000,00	Índice de Endividamento	0,07000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2013)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	258.000,00	467.000,00	0,00	0,00	725.000,00
Total	258.000,00	467.000,00	0,00	0,00	725.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Não Aplicável a companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 FATORES DE RISCO

A capacidade da Companhia de programar a estratégia de negócios poderá ser prejudicada de modo relevante por vários fatores, tanto conhecidos como desconhecidos, gerando efeito adverso no seu resultado.

A Companhia planeja ampliar seus negócios por meio de uma expansão seletiva dos empreendimentos que irá construir. Essa premissa essencial para as perspectivas de sucesso está condicionada a significativas incertezas, contingências e riscos no âmbito econômico, concorrencial, e operacional.

É possível que uma ou mais premissas da estratégia de negócios da Companhia se revelem incorretas, assim como o enfrentamento de fatos e circunstâncias imprevisíveis. Quaisquer dos fatores enumerados abaixo poderão prejudicar de modo relevante a capacidade da Companhia de implementar sua estratégia:

- incapacidade de prever e nos adequar a novas tendências do setor de construção civil
- estimativas imprecisas sobre o custo e o prazo de construção das benfeitorias necessárias para implementação dos projetos, fazendo com que estes deixem de ser lucrativos;
- aumento da concorrência no setor de construção civil;
- aumento dos custos operacionais, inclusive prêmios de seguro e tributos imobiliários que afetem nossas margens de lucro;
- a conjuntura econômica, política e de negócios no Brasil e especificamente nas áreas geográficas em que prestaremos nossos serviços;
- inflação, flutuação do câmbio e flutuação das taxas de juros;
- novas leis e regulamentos;

A Companhia, por meio de suas subsidiárias, possui um número significativo de empregados próprios, porém, cerca de 60% da mão de obra contratada pelas Subsidiárias é composta por trabalhadores terceirizados. A utilização de mão de obra terceirizada por parte da Companhia, especialmente no que diz respeito à contratação de empreiteiras e subempreiteiras, pode implicar na assunção de contingências de natureza trabalhista e previdenciária. A assunção de tais contingências é inerente à contratação de terceiros, uma vez que pode ser atribuída às tomadoras de serviços de terceiros, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumpri-las. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação, e se vierem a se consumir poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

Desse modo, o prazo e a qualidade dos empreendimentos dos quais a Companhia participa dependem certas vezes de fatores que estão fora do seu controle, incluindo, exemplificativamente, a qualidade e a tempestividade da entrega do material de construção para obras e a capacitação técnica dos profissionais e colaboradores terceirizados contratados. Nos casos em que a construção é realizada por terceiros, pode ocorrer dificuldades na identificação de atrasos e falhas, e, conseqüentemente, na sua correção. Eventuais falhas, atrasos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

ou defeitos na prestação dos serviços pelas construtoras contratadas pela Companhia podem ter um efeito negativo em sua imagem e no seu relacionamento com os clientes, podendo impactar negativamente os negócios e as operações da Companhia.

Nesta esteira importante relacionar os riscos processuais. Além dos processos de responsabilidade subsidiária, cumpre ressaltar que em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador).

As atividades da Companhia podem ser significativamente influenciadas por mudanças nas condições econômicas gerais e locais, que poderão causar efeitos adversos, tais como:

- níveis de emprego;
- crescimento populacional;
- confiança do consumidor e estabilidade dos níveis de renda;
- disponibilidade e condições de financiamento das compras de consumidores;
- períodos de recessão e desaquecimento da economia brasileira;
- mudanças regulatórias, inclusive nas leis de zoneamento e regulamentos ambientais.

Tendo em vista que o setor imobiliário é um setor incentivado por políticas públicas, a majoração da carga tributária incidente sobre o setor poderá causar-lhe um impacto negativo relevante.

Aumentos no preço das matérias-primas básicas utilizadas pela Companhia na construção de empreendimentos imobiliários (incluem concreto, blocos de concreto, aço, tijolos, janelas, portas, telhas e tubulações, entre outros) decorrentes de escassez, impostos, restrições ou flutuações de taxas de câmbio, podem aumentar o custo de empreendimentos e afetar adversamente os negócios da Companhia.

A manutenção de talentos, e especialmente de nossos Administradores, é uma tarefa essencial para o sucesso dos negócios. A capacidade da Companhia de manter sua posição competitiva depende em grande parte da sua equipe de trabalho. Não há contratos de trabalho de longo prazo ou pactos de não concorrência com os funcionários ou colaboradores; não há como garantir o sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar os quadros da Companhia; não podemos garantir que as políticas de remuneração e benefícios da Companhia são suficientes para reter os seus profissionais. A perda de profissionais qualificados e dos Administradores poderá gerar um efeito adverso para a Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), ela pagará aos acionistas 25% do seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria

4.1 - Descrição dos fatores de risco

incompatível com a situação financeira da Companhia. Caso qualquer destes eventos ocorra, os proprietários de nossas ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

A Companhia mantém contratados seguros de obra dentro das práticas usuais de mercado. Por outro lado não há como garantir que o valor de seguro mantido será suficiente para a proteção de perdas relevantes. Há, inclusive, determinados tipos de perdas que não são cobertas pelas apólices de seguro, tais como atos de terrorismo, guerras e revoluções civis. Se qualquer dos eventos não cobertos nos termos dos contratos de seguro vier a ocorrer, o investimento pode ser adversamente afetado, obrigando a Companhia a incorrer em custos adicionais resultando em prejuízos operacionais.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 Expectativa de variação na exposição aos riscos

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Há monitoramento constantemente do cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance. A Companhia possui elevado grau de controle sob seus fornecedores visando evitar qualquer tipo de efeito adverso em suas atividades. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução aos fatores de risco já relacionados no item 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Processos não sigilosos relevantes

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas eram partes de processos judiciais, cujo valor envolvido de perdas possíveis e prováveis totalizavam aproximadamente R\$ 18,010 milhões, sendo que R\$ 16,175 milhões referem-se a perdas possíveis e R\$ 1,835 milhões (provisionados no balanço) referem-se a perdas prováveis.

Dos processos judiciais em que a Companhia e suas subsidiárias e controladas são partes, as seguintes ações podem ser consideradas relevantes:

1. Ação Ordinária com pedidos indenizatórios movida pelo Condomínio Edifício Lindenberg Light.

2. Ação Ordinária de Rescisão Contratual, movida por Mauro Antonio Teodoro, referente a unidade do condomínio Ypê Roxo tendo em vista o valor individualmente nelas envolvidos. referente a rescisão contratual.

Entretanto, ainda que essas ações venham a ser julgadas desfavoravelmente à Companhia, suas atividades não serão afetadas e não trarão conseqüências negativas ao desenvolvimento de seus negócios.

3. A Ação Ordinária com pedido de liminar movida pelo acionista Marcos Ribeiro Simon, com o intuito de anular o aumento de capital proposto em Assembleia Geral Extraordinária de 20/09/2010, foi julgada improcedente em primeira e segunda instância, tendo sido o referido aumento de capital homologado em 01.08.2011.

4. A Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Sociedade consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Sociedade. Nossos assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores***4.4 Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest***

A companhia possui um único processo judicial, que não está sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

Trata-se da ação ordinária com pedido de liminar movida pelo acionista Marcos Ribeiro Simon, com o intuito de anular o aumento de capital proposto em Assembleia Geral Extraordinária de 20/09/2010, foi julgada improcedente em primeira e segunda instância, tendo sido o referido aumento de capital homologado em 01.08.2011.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Processos sigilosos relevantes

A Companhia e as suas Subsidiárias não são partes em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios que sejam relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 Processos repetitivos ou conexos

A Companhia e suas controladas não possuem processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, exceto aqueles já descritos neste item 4.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

A Companhia e suas controladas não possuem outras contingências relevantes além das descritas neste item 4.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem

Não aplicável à Companhia uma vez que essa não emite valores mobiliários no exterior.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 RISCO DE MERCADO

A conjuntura política e econômica brasileira pode prejudicar nosso desempenho financeiro e o preço de mercado de nossas Ações.

A Companhia não tem controle sobre medidas ou políticas econômicas do Governo Federal. O seu negócio, situação financeira e resultados operacionais, bem como o preço de mercado de suas ações poderão ser prejudicados pelas alterações da política pública no que tange:

- flutuação das taxas de câmbio;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros, creditícios e de capitais nacionais;
- política fiscal e regime fiscal e
- demais eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afete.

Acontecimentos na economia global e demais mercados emergentes poderão afetar nosso acesso a financiamento e diminuir o preço de mercado de nossas Ações.

O mercado de valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras é influenciado em graus variados pela conjuntura econômica e de mercado global, especialmente por aquela dos países da América Latina e demais mercados emergentes. A reação dos investidores a acontecimentos registrados nesses outros países poderá surtir impacto prejudicial no valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros. As crises em outros países emergentes ou as políticas econômicas de outros países, em especial as que vigorarem nos Estados Unidos, poderá tolher a demanda dos investidores com relação a valores mobiliários de empresas brasileiras, inclusive nossas Ações. Quaisquer dos acontecimentos descritos acima poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, além de obstar sua capacidade de acesso aos mercados de capital e de financiar suas operações no futuro em termos aceitáveis, ou em absoluto.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e a negociação das Ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos dos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a estrutura de custos, o que poderá resultar em redução da margem operacional líquida da Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como a negociação das ações.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma depreciação maior ou não será desvalorizado em relação ao Dólar novamente.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o preço de mercado das nossas ações.

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes substancialmente às variações das taxas que remunera suas aplicações financeiras, dívidas e demais ativos e passivos. Abaixo seguem os principais indexadores presentes em nosso plano de negócios:

- INCC: a maior parte de nossos custos e toda saldo de nossos contratos de administração de obras não finalizados é atualizada pelo índice INCC.
- Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”): todas as nossas aplicações financeiras e quase o total de nosso endividamento total estão atrelados ao CDI.

Riscos Cambiais

A Companhia não possui dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Políticas de Gerenciamento

a. Riscos para os quais se busca proteção

Conforme item 5.1 deste formulário, o principal risco de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações em índices de inflação e taxas de juros, refletidos diretamente no custo da construção.

b. Estratégia de proteção patrimonial (**hedge**)

A estratégia principal de proteção patrimonial utilizada pela Companhia é basicamente atrelar aos seus ativos os mesmos índices dos seus passivos:

- (i) INCC: a maior parte dos custos da Companhia está atrelada a este índice; para minimizar esta exposição, a Companhia atualiza pelo INCC os seus contratos de prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas em conjunto são as aplicações financeiras, captações de empréstimos para captação de giro e para financiar os empreendimentos em construção, todas em condições normais de mercado.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas pela Companhia versus as vigentes no mercado.

e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**) e quais são esses objetivos

A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (**hedge**).

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A diretoria financeira, juntamente com a controladoria e jurídico, analisam os riscos periodicamente para informar à diretoria e ao conselho de administração, os quais avaliam se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

Por meio da estrutura organizacional multidisciplinar, da qual a diretoria também utiliza como estratégia de proteção patrimonial, a diretoria monitora e avalia a adequação das operações da Companhia com as políticas adotadas.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3 Alterações Significativas

Não houve no último exercício social alterações significativas nos riscos de mercado a que a Companhia está exposta, tampouco na forma de seu gerenciamento.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	25/10/1966
Forma de Constituição do Emissor	SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve Histórico

Em quase 60 anos de atuação, a Construtora Adolpho Lindenberg entregou cerca de 500 empreendimentos em todo território nacional.

O *status* de verdadeira grife do mercado imobiliário do qual a marca hoje desfruta tem origem em uma rara e obstinada combinação de apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes. A qualidade e durabilidade de seus empreendimentos e a reputação de sua marca, única, desejada e respeitada, também transformaram os produtos Lindenberg em um excelente investimento.

Desde 2004, a empresa atua em estreita parceria com a Lindencorp, incorporadora que empresta aos seus empreendimentos de alto padrão os valores da grife Lindenberg. Frente à realidade cada vez mais competitiva do mercado imobiliário nacional, a soma de diferenciais como solidez, lastro, capacidade de inovação, qualidade e um reconhecido padrão de excelência fazem desse encontro uma oportunidade de diferenciação genuína.

Em abril de 2008, esta já muito bem sucedida parceria é finalmente formalizada com a aquisição do controle acionário da construtora por parte da LDI, holding controladora da Lindencorp, entre outras empresas.

Desde a aquisição acima mencionada, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A começou um processo de reestruturação da companhia, para redução dos prejuízos acumulados e a busca por resultados positivos. Parte importante desta reestruturação foi o aumento de capital da companhia proposto em 20 de setembro de 2010 em Assembleia Geral Extraordinária, e homologado em 01 de Agosto de 2011 pelo Conselho de Administração.

Essa operação aumentou em R\$ 30.000 o capital social da companhia mediante a emissão de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

A Companhia persistiu no processo de ajustes das suas contas para reversão do patrimônio líquido negativo, sendo outra etapa importante a redução de capital aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012. Nesta oportunidade os acionistas votaram a proposta de redução no valor de R\$ 37.852.195,79 passando o capital social de R\$ 38.968.552,79 para R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais). O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

Todos esses esforços resultaram na reversão do patrimônio líquido negativo da Companhia no terceiro trimestre de 2013.

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

6.3 - Breve histórico

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Principais eventos societários

Mudança de acionista controlador

Em 01 de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. (“LDI”), celebrou com BCME Participações e Negócios Ltda (Antigo Controlador da Companhia doravante denominado “BCME”), contrato de compra e venda de ações e outras avenças, tendo como objeto a aquisição do controle da Companhia, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do total de ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Companhia na época.

Adicionalmente a BCME obrigou-se a vender para a LDI, que por sua vez se obrigou a adquirir, 1.750 ações ordinárias da Companhia, após a efetiva transferência destas ações pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg para a BCME. Essa transferência foi formalizada em 13 de maio de 2014, sendo certo que nesta data as ações transferidas representavam 0,470% do capital social total da Companhia.

Aumento de Capital 2010/2011

Em 20 de setembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento de capital para a companhia no valor de R\$ 30.000, mediante a emissão para subscrição privada, de 101.040 (cento e uma mil e quarenta) ações ordinárias e 202.079 (duzentas e duas mil e setenta e nove) ações preferenciais, sem valor nominal, com os mesmos direitos e obrigações das ações ordinárias e preferenciais existentes.

O preço de emissão foi definido em R\$ 98,97, por ação ordinária ou por ação preferencial, nos termos do disposto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores e de acordo com justificativa aprovada pelo Conselho de Administração, nos termos do Anexo 14 da Instrução CVM nº 481/2009 disponibilizado aos acionistas.

A Assembleia Geral Extraordinária, também fixou o prazo para o direito de subscrição e integralização ao aumento de capital, sendo então até o dia 21 de outubro de 2010.

O Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento do capital social apenas em 01 de Agosto de 2011 devido a Ação Cautelar que suspendeu o seu curso natural (Processo nº 187628-0/000000-000) movida pelo acionista Sr. Marcos Ribeiro Simon.

Após o desfecho favorável para a Companhia nos autos da ação acima, o aludido aumento de capital teve retomada a contagem dos prazos para subscrição das sobras, e finalmente, em 26 de julho de 2011, publicado aviso aos acionistas de encerramento de prazos para subscrição das sobras.

A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. honrou o compromisso assumido, e após o encerramento do Segundo Prazo para Subscrição de Sobras, as 26 ações preferenciais residuais foram por ela, devidamente subscritas e integralizadas em 20 de julho de 2011.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Redução de Capital em 2012

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de abril de 2012 os acionistas aprovaram a proposta de redução de capital da companhia no valor de R\$ 37.852.195,79, passando este de R\$ 38.968.552,79 para R\$ 1.116.357. O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia datado de 31 de dezembro de 2011.

A Companhia já se encontrava com o seu patrimônio afetado em decorrência dos prejuízos acumulados. A redução de capital proporcionou melhor visualização e adequação do patrimônio líquido.

Aumento de Capital Social e Distribuição de Dividendos em 2014

Devido aos ótimos resultados obtidos durante o exercício de 2013, a Companhia realizou a destinação de parte deste para aumento do Capital Social passando de R\$ 1.116.357,00 (um milhão, cento e dezesseis mil, trezentos e cinquenta e sete reais) para R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), e ainda aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 2.899.538,50 (dois milhões, oitocentos e e noventa e nove mil e quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devidamente aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizado em 30 de abril de 2014.

Destacamos ainda a reversão do Patrimônio Líquido da Companhia mediante a absorção dos Prejuízos Acumulados, que ocorreu com a apuração do resultado do 3º trimestre de 2013.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 Pedido de falência ou de recuperação

Nos 3 últimos exercícios de análise não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrição da atividade do emissor

Objeto Social

O objeto social da Companhia, conforme definido em nosso Estatuto Social, é (i) venda e compra de imóveis; (ii) locação; (iii) desmembramento ou loteamento de terrenos; (iv) incorporação imobiliária; (v) construção de imóveis destinados a venda.

Atividade do emissor

O escopo de atuação da Companhia compreende a prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção de imóveis comerciais e residenciais, sendo eles próprios ou de terceiros.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2 Informações sobre segmentos operacionais

a. Produtos e serviços comercializados

As receitas da Companhia advêm principalmente da prestação de serviços de construção e gestão de construção civil imobiliária.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Receita Bruta (R\$ mil)	2013	2012	2011
Prestação de Serviços	42.760	31.729	17.612
Vendas de imóveis	370	545	2.775
Assistência Técnica	3.915	3.221	-
Total	47.045	35.495	20.387
% Prestação de Serviços	90,89%	89,39%	86,39%
% Vendas de imóveis	0,79%	1,54%	13,61%
% Assistência Técnica	8,32%	9,07%	0,00%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido consolidado do emissor

Não aplicável à Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3 Produção / Comercialização / Mercados

a. Características do processo de produção

Atuando no setor de construção desde 1958, a A Construtora Adolpho Lindenberg possui mais de 500 empreendimentos construídos e em construção. A Companhia não possui equipamentos próprios de construção pesada, apenas dispendo de uma força de trabalho adequada para a construção. Com uma equipe própria de profissionais a Construtora Adolpho Lindenberg atua gerenciando a construção dos empreendimentos, enquanto subempreiteiras executam a obra. Substancialmente todas as obras são executadas por administração com custo alvo. O mercado de subempreiteiras é altamente fragmentado, com a entrada constante de novos participantes. Outrossim, a Companhia mantém um cadastro geral de fornecedores previamente homologados pela área de qualidade e suprimentos. A escolha destas subempreiteiras ocorre com base em uma combinação de qualificações, reputação, confiabilidade técnica e preço. Cada subempreiteira deve ainda assegurar à Companhia de que cumpre com a legislação trabalhista e previdenciária antes de receber o pagamento.

A equipe própria da Companhia que efetua gestão e fiscalização da obra permanece em tempo integral na obra, formada por engenheiros, mestres, técnicos de edificação, técnicos de segurança e encarregados especializados por tipo de serviço e/ou etapa construtiva, além de pessoal administrativo. Dessa forma, garante-se o controle total do andamento físico e financeiro da obra, qualidade dos serviços (inclusive executados por subempreiteiros), cumprimento das normas de segurança, a entrega das unidades vendidas no prazo e administração dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados. Salienta-se ainda que todos os serviços executados por subempreiteiros seguem os projetos desenvolvidos pela construtora e os padrões determinados pela área de qualidade.

A Companhia conta com know-how e capacitação significativos e distintos na produção de edifícios residenciais e comerciais. Nas principais fases das obras, como o levantamento da estrutura de concreto, emprega-se técnicas de construção padronizadas destinadas a racionalizar a produção, maximizar a produtividade e controle de qualidade, minimizar o desperdício de materiais e o tempo ocioso de trabalhadores. A Construtora Adolpho Lindenberg dá grande importância ao controle de qualidade e, para tanto, além dos controles internos, utiliza-se de empresas terceirizadas para auditar os procedimentos de execução das obras, qualidade dos produtos e serviços.

A Construtora Adolpho Lindenberg utiliza processos de construção padronizados, fazendo uso dos mais modernos recursos disponíveis no mercado. A equipe de engenharia é altamente qualificada e, além da experiência técnica, tem habilidade para gerenciar as condições sociais, econômicas e ambientais de cada região em que atua. Os edifícios são construídos segundo rigorosos padrões de segurança e qualidade e as unidades são equipadas com acessórios e materiais modernos, de alta qualidade e de fabricantes de renome. As áreas comuns geralmente incluem jardins, além de áreas de lazer, tais como piscinas, inclusive aquecidas, quadras de esportes, áreas de fitness, salões de recreação e playgrounds.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia possui uma equipe própria de prospecção e desenvolvimento que avalia as necessidades de crescimento e busca novos negócios através de parcerias com incorporadores e processos de licitações.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c. Características dos mercados de atuação

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia tem como foco o desenvolvimento de empreendimentos residenciais e comerciais na Capital e Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e interior do Estado de São Paulo.

ii. Condições de competição nos mercados

Os principais fatores competitivos no ramo de incorporações imobiliárias incluem disponibilidade e localização de terrenos, preços, financiamento, projetos, qualidade, reputação e Parcerias com incorporadores.

d. Eventual sazonalidade

Embora o mercado imobiliário em geral costume desacelerar durante alguns meses do ano (janeiro, fevereiro e julho de cada ano) em função de férias, que acabam influenciando em decisões de investimento, as atividades da Companhia não são afetadas de forma relevante pela sazonalidade.

e. Principais insumos e matérias primas

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores. Periodicamente, os fornecedores são avaliados e, conforme o caso, trabalha-se em conjunto na tentativa de resolver eventuais problemas ou substitui-se o fornecedor. Não é prática da Companhia celebrar acordos de exclusividade com fornecedores, sendo que para cada empreendimento é contratado o fornecedor mais adequado, com base nos preços, qualidade e condições de entrega dos produtos.

Além disso, o Departamento de Suprimentos da Companhia realiza um trabalho DE programação da aquisição de insumos, de forma a evitar atrasos nas obras por falta de material, além de permitir ganhos de volume com a negociação simultânea de insumos de obras diferentes. Não são mantidos estoques de materiais de construção.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência em relação a qualquer fornecedor uma vez que a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores previamente cadastrados e homologados.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Ao indexar os recebíveis dos clientes de obras não concluídas ao INCC, a Companhia se protege de eventuais volatilidades nos preços dos insumos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4 Principais Clientes

Os principais clientes da companhia são empresas coligadas e/ou controladas pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A, Lindencorp Participações e Incorporação Ltda, Rossi Residencial S.A, EZ TEC Empreendimentos e Participações S.A e PDG Realty S.A Empreendimentos e Participações.

Estas receitas advém da prestação de serviços da administração de construção para diversas SPE's que estão alocados os diversos empreendimentos.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5 Efeitos da regulação estatal

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Por se tratar de uma Companhia com seu principal foco na atividade de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção, a regulação estatal se dá através do órgão de fiscalização CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil), sendo as demais aprovações de responsabilidade dos proprietários e do incorporador.

b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se foro caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A companhia tem o registro junto ao INPI da marca “Construtora Adolpho Lindenberg S/A” na classe de construção de imóveis, serviços de projetos arquitetônicos e de engenharia e construção civil. Entendemos que a marca tem um valor agregado muito importante e que resulta na obtenção de novos negócios e oportunidades.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6 Receitas relevantes no exterior

Não aplicável à Companhia

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Efeitos de regulação estrangeira

Não aplicável.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Informações sobre relações de longo prazo relevantes do emissor

Em 2011 a companhia iniciou a estruturação de um departamento específico de qualidade denominado “PROTEQ”, cujas responsabilidades principais abrangem:

- Elaboração e revisão dos procedimentos executivos da construtora;
- Assegurar os recursos para capacitação da equipe da construtora acerca dos procedimentos executivos;
- Efetuar a análise crítica das avaliações mensais das obras (Procedimentos Executivos e Procedimentos de Gestão);
- Validar a homologação técnica de novos fornecedores da construtora (serviços controlados);
- Efetuar a análise técnica das novas tecnologias em processos e produtos antes da inserção nos procedimentos executivos.

Dentre essas atribuições, o PROTEQ está desenvolvendo procedimentos que visam a sustentabilidade, incluindo o monitoramento e controle mensal do consumo de água e energia das obras realizadas pela Companhia. Os dados são analisados, comparados e publicados a fim de estimular a redução gradual de consumo. Embora a Companhia ainda não divulgue um relatório de sustentabilidade, ela já vem implementando as seguintes ações:

- 1) Programa de conscientização nas obras acerca da importância da gestão dos resíduos do canteiro denominado ‘**PROGRAMA 5S**’ (Sentos de ordenação, organização, limpeza, asseio e disciplina) nos canteiros da construtora.
- 2) Inclusão de obrigação contratual imposta aos fornecedores para auxiliar a Companhia na destinação dos resíduos. Por exemplo: a empresa CIMPOR – fornecedora de argamassa industrializada – recolherá os resíduos das sacarias de seus produtos (inicialmente na obra localizada em São Caetano, e posteriormente nas demais obras).
- 3) Emprego de processos construtivos “menos invasivos” e otimizados – reduz a geração de entulho, o desperdício e as perdas de materiais.

As ações acima listadas são permanentes, que visam aprimorar o manuseio e destinação do entulho e resíduos que a obra produz. Com a adequada disposição final de resíduos de construção civil é possível gerar, no longo prazo, a redução de impactos ambientais negativos. Alia-se também a isso o fato destes resíduos serem constituídos por materiais com um alto potencial de reciclagem e reutilização.

Assim, muito embora a Companhia não divulgue um relatório de sustentabilidade, ela desenvolve várias ações que visam mitigar o impacto que as operações por ela desenvolvidas podem causar no meio ambiente. Por fim, a Companhia entende que a conscientização dos seus colaboradores diretos, indiretos e parceiros comerciais é a melhor e mais efetiva forma de implementar projetos para sustentabilidade ambiental.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1 Grupo econômico

a. Controladores diretos e indiretos

O acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A possui 94,32% das ações ordinárias da CAL e 81,77% das ações preferenciais. A acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A., representa 85,96% do total das ações.

b. Controladas e coligadas

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA

Participação Direta: 99,54%

Participação Indireta: 0,46%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Lindenberg São Paulo Incorporadora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Adolpho Lindenberg Construtora LTDA

Participação Direta: 99,99%

Participação Indireta: 0,01%

Descrição: Empresa de construção e terceirização de mão de obra.

Toliara Incorporação SPE LTDA

Participação Direta: 0,00%

Participação Indireta: 30,00%

Descrição: Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.

c. Participações do emissor em sociedades do grupo

Não aplicável

d. Participações de sociedades do grupo no emissor

LDI Desenvolvimento Imobiliário S/A possui 94,32% das ações ordinárias da CAL e 81,77% das ações preferenciais.

e. Sociedades sob controle comum

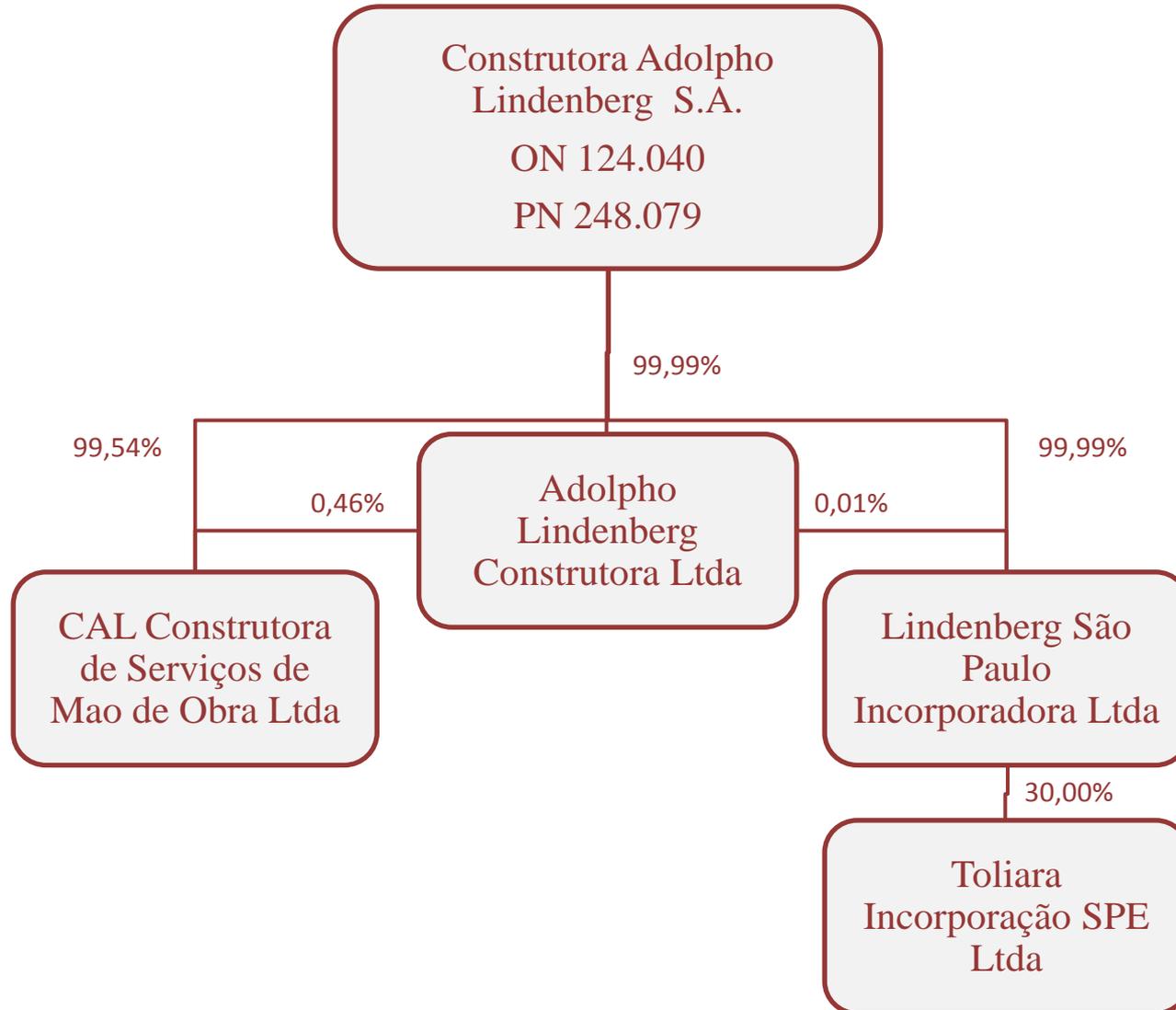
Não aplicável



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA

8.2. Organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia, desde que compatível com as informações apresentadas no item 8.1.



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A companhia não realizou Operações de reestruturação

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Outros bens relevantes ativo não circulante

a. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento

Descrição	% Taxa de Depreciação / ano	Individual			Consolidado		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
Veículos	20	68	68	68	68	68	68
Equipamentos e Instalações de Escritório	10	140	129	125	140	136	134
Total		208	197	193	208	204	202
(-) Depreciação Acumulada		(203)	(194)	(179)	(203)	(201)	(185)
Total Líquido		5	3	14	5	3	17

b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Descrição	Individual e Consolidado		
	2013	2012	2011
Softwares (taxa amortização 20% ao ano)	105	105	105
Marcas e Patentes	42	42	42
Total	147	147	147
(-) Amortização	(73)	(60)	(47)
Intangível Líquido	74	87	100

i. duração

O prazo de vigência nas marcas e patentes da Companhia é o prazo legal de 10 anos para as marcas, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, e de 20 anos para as patentes, nos termos da Lei 9.279/96.

ii. território atingido

Território Brasileiro.

iii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Não há eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos.

iv. possíveis conseqüências da perda de tais direitos para a Companhia

Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios e licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Veículo	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos e Instalações de Escritório	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	Software	Brasil	5 anos	Não aplicável	Não aplicável
Marcas	Marca Adolpho Lindenberg	Brasil	10 anos	Não há eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos, além dos legalmente previstos	Eventuais indeferimentos de patentes, marcas, domínios e licenças não ocasionarão efeitos adversos em nossas atividades ou nos empreendimentos incorporados, lançados e comercializados pela Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	60.665.379/0001-80	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
Exercício social				Valor contábil - variação %		Valor mercado - variação %		Montante de dividendos recebidos (Reais)
				Data		Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2013				0,000000		0,000000		0,00
31/12/2012				0,000000		0,000000		0,00
31/12/2011				0,000000		0,000000		0,00
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA.	06.152.137/0001-48	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	CONSTRUÇÃO DE IMÓVEIS	99,540000
				Valor mercado				
31/12/2013				0,000000		0,000000		0,00
31/12/2012				0,000000		0,000000		0,00
31/12/2011				0,000000		0,000000		0,00
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA								
LINDENBERG SÃO PAULO INCORPORADORA LTDA	06.138.869/0001-83	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS	99,990000
				Valor mercado				
31/12/2013				0,000000		0,000000		0,00
31/12/2012				0,000000		0,000000		0,00
31/12/2011				0,000000		0,000000		0,00
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
UNIDADE DE NEGÓCIO								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia possui participação indireta de 30% na SPE Toliara Incorporação SPE Ltda, através de sua controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Em atenção ao item 10.1 do Formulário de Referência – Instrução Normativa CVM 480/09, seguem os comentários dos Diretores da Companhia:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. O ano de 2013 marcou a consolidação do processo de reestruturação e recuperação da Companhia, iniciado em 2008.

Ao final do exercício social de 2013, a receita líquida da Companhia alcançou o montante de R\$43 milhões, um crescimento de 32,4% quando comparado aos R\$32,5 milhões do exercício social de 2012 que, por sua vez, foi 73,9% maior que a receita líquida do exercício de 2011, no montante de R\$18,7 milhões. Tal aumento decorre, principalmente, do processo de reestruturação financeira da Companhia, com o aumento de capital de R\$30,0 milhões realizado em agosto de 2011; da reorganização interna da Companhia, através da qual foram criados 4 novos departamentos (“Proteq, Tecnologia e Qualidade”, “Assistência Técnica”, “Planejamento Técnico e Orçamento” e “Segurança e Medicina do Trabalho”); do crescimento do nível de atividade que resulta hoje em uma carteira de obras composta de 15 empreendimentos, compreendendo 27 torres e 513 mil m²; e da participação em incorporações.

A Diretoria da Companhia acredita que, mesmo com todas as dificuldades do mercado imobiliário, conseguimos encerrar o exercício social de 2013 com um excelente resultado refletido pelo lucro bruto de R\$20,1 milhões, um aumento de 33,6% quando comparado aos R\$15,1 milhões do mesmo período em 2012 e com o lucro de R\$7,6 milhões do mesmo período em 2011, representando um aumento de 99,7%. Dado o rígido controle de custos da Companhia, entendemos que o incremento no lucro bruto se justifica pelo volume de obras executadas e sendo entregues em linha com o orçamento, permitindo que orçamentos de suas obras caminhem dentro ou abaixo do esperado. Isso pode ser observado uma vez que a margem bruta foi mantida mesmo com o grande incremento no volume da operação.

A Diretoria da Companhia entende ser importante destacar também a reversão do patrimônio líquido da Companhia, que passou de R\$5,8 milhões negativos em 31 de dezembro de 2012, para um patrimônio líquido positivo de R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013.

O resultado obtido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi marcado também pela compensação de prejuízos acumulados e ao retorno da provisão de pagamento de dividendos que será submetido à aprovação na Assembleia.

Apesar de todas as dificuldades do setor de atuação da Companhia (mercado imobiliário), a Diretoria da Companhia entende que obtivemos um resultado operacional excelente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, com um volume de obra de 513 mil m², um aumento de 19,3% em relação aos 430,0 mil m² de obras em 31 de dezembro de 2012, que, por sua vez, revelou um aumento de 13,2% quando comparado aos 380,0 mil m² de obras em 31 de dezembro de 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Desta forma, a Diretoria considera o montante em caixa suficiente para atender o financiamento de suas atividades e recobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, pelos próximos 12 (doze) meses.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A estrutura de capital da Companhia, em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 era composta da seguinte forma:

(Em R\$ milhares)	31/12/2013	%	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Capital de Terceiros ¹	R\$0,7	6,5%	R\$6,4	N/A	R\$9,3	N/A
Capital Próprio ²	R\$10,0	93,5%	(R\$5,8)	N/A	(R\$8,8)	N/A
Total	R\$10,7	100%	R\$0,6	N/A	R\$0,5	N/A

(1) Capital de Terceiros corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos da Companhia circulantes e não circulantes.

(2) Capital Próprio corresponde ao patrimônio líquido da Companhia.

(i) hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria da Companhia acredita que nossas principais fontes de recursos são (i) receitas provenientes de serviços prestados; (ii) receitas de assistência técnica; e (iii) receitas de unidades imobiliárias vendidas.

A Diretoria da Companhia acredita que os recursos existentes e a nossa geração de caixa operacional serão suficientes para as nossas necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros, no mínimo, pelos próximos 12 meses.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de novas receitas e, adicionalmente, contratamos financiamentos bancários, quando necessário, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa em nível que acreditamos apropriado para o desempenho de nossas atividades.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nosso endividamento era composto da seguinte forma nos períodos abaixo identificados

R\$ milhares	2011	2012	2013
Empréstimos e financiamentos	R\$9,3	R\$6,3	R\$0,7
Contas a pagar a fornecedores	R\$0,2	R\$0,2	R\$0,2
Obrigações trabalhistas e tributárias	R\$2,7	R\$4,5	R\$6,7
Provisão para garantia de obras	R\$0,4	R\$3,4	R\$6,6
Dividendos a pagar	R\$0,0	R\$0,0	R\$2,9
Obrigações tributárias parceladas	R\$8,0	R\$6,6	R\$5,5

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda depende, embora de forma reduzida de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nosso endividamento era composto da seguinte forma em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de reais):

Tipo de operação	Taxa de juros	Tipo	Vencimento final	Controladora		Consolidado		
				31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Banco Bradesco S/A	Entre 3% e 6% a.a + CDI	Capital de Giro	Fev/2013	-	8.276	-	-	8.276
Banco Safra S.A.	Entre 10% e 12% a.a + IGP-M	Cessão de recebíveis	Ago/2017	-	-	725	805	1.057
Banco Fibra S.A. (*)	Dólar+ 3,30% a.a.	Capital de giro	Mar/2013	6.224	-	-	6.224	-
“Swap” operação de empréstimo (*)	na	-	-	(690)	-	-	(690)	-
				<u>5.534</u>	<u>8.276</u>	<u>725</u>	<u>6.339</u>	<u>9.333</u>
Circulante				5.534	8.276	258	5.738	8.616
Não circulante				-	-	467	601	717

(*) Refere-se a repasse da Resolução BACEN nº 2.770/2000, denominado em dólares norte-americanos, contratado com o Banco Fibra S.A. em 29 de fevereiro de 2012, no valor de R\$5.000, equivalente a US\$2.953. A liquidação ocorreu em fevereiro de 2013, no montante de R\$5.672. A taxa do empréstimo era de 3,30% ao ano, para o qual, com o objetivo de proteger a exposição à variação cambial, foi realizada uma operação de “swap” em que a Companhia contratou uma operação com variação de 100% do CDI acrescido de juros de 3,7781% ao ano e o banco

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

contratou a variação do dólar norte-americano acrescido de juros de 3,30% ao ano, também liquidado em fevereiro de 2013.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento da Companhia consiste em uma cessão de recebíveis no valor total de R\$725 mil, com vencimento final em agosto de 2017.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Nossos empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas relativas à covenants.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Todos os recursos dos financiamentos já contratados foram utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Balanco Patrimonial Consolidado (Em milhares de Reais - R\$)	12M13	12M12	Var. %
Ativo	34.572	18.152	90,5%
Circulante	14.510	7.684	88,8%
Caixa e equivalentes de caixa	4.686	1.762	165,9%
Contas a receber de clientes	8.001	4.479	78,6%
Impostos a recuperar	1.811	1.436	26,1%
Outros ativos circulantes	12	7	71,4%
Não Circulante	20.062	10.468	91,7%
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	0,0%
Contas a receber de clientes	2.576	2.635	-2,2%
Impostos Diferidos	6.691	-	0,0%
Depósitos judiciais	458	389	17,7%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Outros ativos não circulantes	427	52	721,2%
Investimentos	8.990	6.461	39,1%
Imobilizado	5	3	66,7%
Intangível	74	87	-14,9%
Passivo e Patrimônio Líquido	34.572	18.152	90,5%
Circulante	12.151	13.576	-10,5%
Empréstimos e financiamentos	258	5.738	-95,5%
Fornecedores	218	228	-4,4%
Obrigações trabalhistas e tributárias	6.664	4.464	49,3%
Obrigações tributárias parceladas	909	1.862	-51,2%
Dividendos a pagar	2.900	-	0,0%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.193	380	213,9%
Outros passivos circulantes	9	904	-99,0%
Não Circulante	12.383	10.394	19,1%
Empréstimos e financiamentos	467	601	-22,3%
Obrigações tributárias parceladas	4.565	4.779	-4,5%
Provisão para garantia de obras	5.381	3.008	78,9%
Provisão para demandas judiciais	1.835	1.903	-3,6%
Provisão para perda com investimentos	-	-	0,0%
Outros passivos não circulantes	135	103	31,1%
Patrimônio Líquido	10.038	(5.818)	-272,5%
Capital social	1.117	1.117	0,0%
Reserva de lucros	8.921	-	0,0%
Prejuízos acumulados	-	(6.935)	-100,0%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$34,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de 90,5% em relação a 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$18,2 milhões. Tal aumento deve-se a devido a: (i) aumento de R\$2,9 milhões na posição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia; (ii) aumento de R\$3,5 milhões nas contas a receber de clientes; e (iii) constituição de R\$6,7 milhões de impostos diferidos.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$24,5 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma pequena variação de 2% em relação a 31 de dezembro de 2012, que totalizou R\$24,0 milhões, mantendo-se, portanto, praticamente estáveis.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento em relação a 31 de dezembro de 2012, que era de R\$5,8 milhões negativos. Tal reversão ocorreu principalmente devido aos ótimos resultados da Companhia no exercício social de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Demonstração de Resultados Consolidados (Em milhares de Reais - R\$)	12M13	12M12	Var. %
Receita Operacional Bruta	47.045	35.495	32,5%
Receita de Prestação de Serviços	42.760	31.730	34,8%
Receita de Assistência Técnica	3.915	3.220	21,6%
Receita de Vendas de Imóveis	370	545	-32,1%
Deduções da Receita Bruta	(4.024)	(2.999)	34,2%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(4.024)	(2.999)	34,2%
Receita Operacional Líquida	43.021	32.496	32,4%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(22.879)	(17.415)	31,4%
Custos de Prestação de Serviços	(19.364)	(14.259)	35,8%
Custos de Assistência Técnica	(3.420)	(2.792)	22,5%
Custos de Vendas de Imóveis	(95)	(363)	-73,9%
Lucro Bruto	20.142	15.081	33,6%
Margem Bruta (%)	46,8%	46,4%	0,4 pp
Despesas Operacionais	(6.187)	(9.993)	-38,1%
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(9.039)	(8.912)	1,4%
Equivalência patrimonial	2.281	(190)	-1300,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	571	(891)	-164,1%
EBITDA	13.955	5.088	174,3%
Margem EBITDA (%)	32,4%	15,7%	16,8 pp
Resultado Financeiro	(309)	(1.203)	-74,3%
Despesas Financeiras	(898)	(1.807)	-50,3%
Receitas Financeiras	589	604	-2,5%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	13.646	3.885	251,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.110	(854)	-698,4%
Correntes	(1.581)	(854)	85,1%
Diferidos	6.691	-	0,0%
Lucro Líquido do Exercício	18.756	3.031	518,8%
Margem Líquida (%)	43,6%	9,3%	34,3 pp

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, atingiu R\$ 43,0 milhões, um crescimento de 32,4% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$32,5 milhões. O forte incremento da receita deveu-se principalmente ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$22,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, contra R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 31,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativos ao crescimento da Companhia, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$20,1 milhões, um crescimento de 33,6% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$15,1 milhões. Importante notar que a margem bruta da Companhia manteve-se no mesmo patamar de 46%, o que demonstra a capacidade da Companhia operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o lucro líquido totalizou R\$18,8 milhões, um crescimento de 518,8% em relação a 31 de dezembro de 2012 que atingiu R\$3,0 milhões. Tal aumento deveu-se, principalmente, ao aumento no volume das operações com a manutenção do nível de despesas e a constituição de R\$6,7 milhões de imposto diferido, evento este não recorrente nos resultados da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Comparação dos balanços dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011**

Balanco Patrimonial Consolidado (Em milhares de Reais - R\$)	12M12	12M11	Var. %
Ativo	18.152	14.428	25,8%
Circulante	7.684	3.873	98,4%
Caixa e equivalentes de caixa	1.762	704	150,3%
Contas a receber de clientes	4.479	1.999	124,1%
Contas a receber - cessão de direitos	-	246	-100,0%
Impostos a recuperar	1.436	914	57,1%
Demais ativos	7	10	-30,0%
Não Circulante	10.468	10.555	-0,8%
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	0,0%
Contas a receber de clientes	2.635	2.323	13,4%
Impostos Diferidos	-	-	0,0%
Depósitos judiciais	389	388	0,3%
Imovéis a comercializar	841	1.023	-17,8%
Outros ativos não circulantes	52	53	-1,9%
Investimentos	6.461	6.651	-2,9%
Imobilizado	3	17	-82,4%
Intangível	87	100	-13,0%
Passivo e Patrimônio Líquido	18.152	14.428	25,8%
Circulante	13.576	14.481	-6,2%
Empréstimos e financiamentos	5.738	8.616	-33,4%
Fornecedores	228	173	31,8%
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.464	2.709	64,8%
Obrigações tributárias parceladas	1.862	1.917	-2,9%
Dividendos a pagar	-	-	0,0%
Contas a pagar para partes relacionadas	-	-	0,0%
Provisão para garantia de obras	380	166	128,9%
Outros passivos circulantes	904	900	0,4%
Não Circulante	10.394	8.796	18,2%
Empréstimos e financiamentos	601	717	-16,2%
Obrigações tributárias parceladas	4.779	6.090	-21,5%
Provisão para garantia de obras	3.008	234	1185,5%
Provisão para demandas judiciais	1.903	1.746	9,0%
Provisão para perda com investimentos	-	-	0,0%
Outros passivos não circulantes	103	9	1044,4%
Patrimônio Líquido	(5.818)	(8.849)	-34,3%
Capital social	1.117	38.969	-97,1%
Reserva de lucros	-	-	0,0%
Prejuízos acumulados	(6.935)	(47.818)	-85,5%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Total do Ativo

Os ativos da Companhia totalizaram R\$18,2 milhões em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 25,8% em relação a 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$14,4 milhões. Tal aumento deve-se a um crescimento no volume de obras contratadas.

Total do Passivo

Os passivos da Companhia totalizaram R\$24,0 milhões em 31 de dezembro de 2012, uma variação insignificante em relação a 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$23,3 milhões, mantendo-se, portanto, praticamente estáveis.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$5,8 milhões negativos em 31 de dezembro de 2012, uma redução de 34,3% em relação a 31 de dezembro de 2011, que totalizou R\$8,8 milhões negativos. Tal redução deve-se ao lucro líquido obtido pela Companhia no exercício social de 2012.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Demonstração de Resultados Consolidados (Em milhares de Reais - R\$)	12M12	12M11	Var. %
Receita Operacional Bruta	35.495	20.387	74,1%
Receita de Prestação de Serviços	31.730	17.612	80,2%
Receita de Assistência Técnica	3.220	2.775	16,0%
Receita de Vendas de Imóveis	545	-	0,0%
Deduções da Receita Bruta	(2.999)	(1.701)	76,3%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(2.999)	(1.701)	76,3%
Receita Operacional Líquida	32.496	18.686	73,9%
Custos dos Imóveis Vendidos e dos Serviços Prestados	(17.415)	(11.134)	56,4%
Custos de Prestação de Serviços	(14.259)	(8.065)	76,8%
Custos de Assistência Técnica	(2.792)	-	0,0%
Custos de Vendas de Imóveis	(363)	(3.069)	-88,2%
Lucro Bruto	15.081	7.552	99,7%
Margem Bruta (%)	46,4%	40,4%	6,0 pp
Despesas Operacionais	(9.993)	(10.627)	-6,0%
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(8.912)	(9.296)	-4,1%
Equivalência patrimonial	(190)	(179)	6,1%
Outras receitas (despesas) operacionais	(891)	(1.152)	-22,7%
EBITDA	5.088	(3.075)	-265,5%
Margem EBITDA (%)	15,7%	-16,5%	32,1 pp
Resultado Financeiro	(1.203)	(3.105)	-61,3%
Despesas Financeiras	(1.807)	(3.556)	-49,2%
Receitas Financeiras	604	451	33,9%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.885	(6.180)	-162,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(854)	(396)	115,7%
Correntes	(854)	(396)	115,7%
Diferidos	-	-	0,0%
Lucro Líquido do Exercício	3.031	(6.576)	-146,1%
Margem Líquida (%)	9,3%	-35,2%	44,5 pp

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Operacional Líquida

A Receita Líquida, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, atingiu \$32,5 milhões, um crescimento de 73,9% em relação a 31 de dezembro de 2011 que atingiu R\$18,7 milhões. O forte incremento da receita deveu-se principalmente ao aumento no volume de obras em execução ao longo dos doze meses.

Custos de prestação de serviços

O Custo de prestação de serviços totalizou R\$17,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, contra R\$11,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 56,4% em razão do aumento do volume de obras em execução relativo ao crescimento da Companhia, que tem como foco de atuação a Região Metropolitana de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.

Lucro Bruto

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o lucro bruto da Companhia totalizou R\$15,1 milhões, um crescimento de 99,7% em relação a 31 de dezembro de 2011 que atingiu R\$7,5 milhões. Importante notar que a margem bruta da Companhia aumentou 6%, o que demonstra a capacidade da Companhia operar nesse novo patamar de forma rentável.

Lucro Líquido do Exercício

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o lucro líquido totalizou R\$3,0 milhões, um crescimento de 518,8% em relação aos R\$6,6 milhões negativos em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento deveu-se, principalmente, ao aumento no volume das operações com a manutenção do nível de despesas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado operacional e financeiro

a) Resultados das operações da Companhia

(i) *descrição de quaisquer componentes importantes da receita:*

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita operacional líquida da Companhia decorre principalmente da prestação de serviços de construção, gerenciamento de construção e serviços de assistência técnica, além de algum resultado da venda de lotes em estoque.

A composição da receita operacional é demonstrada a seguir:

<i>(em R\$ milhares de reais)</i>	2013	2012	2011
Receitas de serviços	R\$42.760	R\$31.730	R\$17.612
Receitas de assistência técnica	R\$3.915	R\$3.220	-
Receitas de venda de unidades imobiliárias	R\$370	R\$545	R\$2.775
Impostos sobre receita	(R\$4.024)	(R\$2.999)	(R\$1.701)
Total	R\$43.021	R\$32.496	R\$18.686

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. Os custos e despesas são reconhecidos quando mensuráveis e incorridos. Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011, 2012 e de 2013, aproximadamente 98% das nossas receitas decorreram essencialmente da receita com a prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção.

(ii) *fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:*

A prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção da Companhia pode afetar materialmente o nosso desempenho operacional, visto que a medição ou percentual de taxa de administração de construção é variável de acordo com o empreendimento que a Companhia irá desenvolver.

A Companhia reconhece os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços de construção e gerenciamento de construção conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2011, 2012 e 2013 decorrem do aumento no volume das operações da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Companhia não possui variações das receitas atribuíveis a fatores externos, visto que a mesma determina o percentual de taxa de administração de construção em contrato de prestação de serviços, conforme item 10.2.(ii) acima.

As receitas de vendas podem ser impactadas pela variação nos índices de inflação que corrigem os nossos contratos de vendas. As variações de receita nos últimos três exercícios são relativas à variação do volume de negócios (lançamentos e vendas), bem como da evolução físico-financeira das obras.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia detinha uma operação de empréstimo de derivativos com SWAP quitada em março de 2013.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI e do IGP-M vigentes em 31 de dezembro de 2013, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado dos empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição em relação à taxa de juros:

IGP-M	R\$725,0	100,00
-------	----------	--------

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta sem levar em consideração a incidência de tributos, os juros fixos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um período de 12 meses e verificando a respectiva sensibilidade em cada cenário:

10.2 - Resultado operacional e financeiro

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I	Cenário II
Cessão de recebíveis - créditos imobiliários	IGP-M	5,51%	6,89%	8,27%
Posição contábil em 31/12/2013 - R\$ 725		40	50	60

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado de aplicações financeiras, apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável		
		(valor contábil projetado)	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI	8,02%	6,02%	4,01%
Posição contábil em 31/12/2013 - R\$ 4.242		340	255	170

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, a acionista LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. concluiu a subscrição e integralização de aumento de capital da Companhia iniciado em 20 de setembro de 2010.

Durante o exercício social de 2012, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$37.852,0 mil, passando de R\$38.969,0 mil para R\$1.117,0 mil, sem alteração da quantidade de ações emitidas pela Companhia. O valor da redução de capital foi integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados.

Em junho de 2013, houve o aumento de capital social da Toliara Incorporação SPE Ltda., no montante de R\$10,0 milhões, efetuado pela sócia Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. Nesta operação a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., controlada da Companhia, renunciou seu direito de preferência na subscrição do capital, de forma que a sua participação no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída. Após o aumento de capital, a participação da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. no capital da Toliara Incorporação SPE Ltda. foi diluída de 60% para 30%, gerando, entretanto, um ganho no montante de R\$248,0 mil, referentes à redução da participação nos prejuízos apurados anteriormente a diluição da participação.

Em agosto de 2013, a Companhia realizou a integralização do capital social da Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., no valor de R\$142,0 mil. No mesmo ato, as sócias reduziram o capital social da sociedade em R\$4.561,0 mil para a absorção de prejuízos acumulados. Após a redução do capital, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu e transferiu a título oneroso R\$1.511,0 mil para a Companhia, que passou a deter 99,999% de participação.

c) Eventos ou operações não usuais

Em agosto de 2013, o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). Os assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Mudanças nas práticas contábeis / Ressalvas e ênfases

a) *Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações das práticas contábeis*

Em 2013, houve mudança nas práticas contábeis adotadas pela Companhia, exclusivamente relacionadas à adoção dos novos IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011), obrigatórios a partir de 1º de janeiro de 2013. A principal mudança deu-se nas informações de controladas em conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas, que deixaram de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Em atendimento a essas novas normas do IFRS, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou determinados normativos, CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), que contemplam esses requerimentos.

Considerando a nova definição de controle e as diretrizes adicionais de controle definidas nessas IFRSs e CPCs, determinadas participações societárias, anteriormente contabilizadas pelo método de consolidação proporcional, passaram a ser registradas:

- (i) Pelo método de equivalência patrimonial, resultando no registro da participação proporcional da Companhia nos ativos líquidos, resultado do exercício e outros resultados abrangentes da Companhia em uma única conta que apresentada na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou do resultado abrangente como “investimentos” e “equivalência patrimonial”, respectivamente; ou
- (ii) Pelo método da consolidação integral como controlada da Companhia, resultando no registro dos ativos, bem como as receitas e despesas, apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira, bem como na demonstração consolidada do resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, respectivamente, destacando-se a participação dos não controladores.

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nas IFRSs, e CPCs. Os principais ajustes efetuados no balanço patrimonial (consolidado) de abertura em 01 de janeiro de 2012 e de dezembro de 2012 e no resultado para o exercício de 31 de dezembro de 2012, ambos preparados de acordo com as IFRSs.

(b) *Efeitos da adoção das IFRSs e dos CPCs no balanço patrimonial consolidado*

Como mencionado no item “a”, acima, a alteração de prática contábil em 2013 decorreu da adoção das IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011). Em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos listados acima, as demonstrações financeiras comparativas foram ajustadas para fins de comparabilidade. Os quadros abaixo demonstram os efeitos retroativos com relação ao balanço patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 e às demonstrações do resultado, às demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação nesse exercício. Os efeitos dessa mudança estão demonstrados abaixo:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Em 01/01/2012 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Originalmente Apresentado	Efeito da adoção das IFRs/CPCs	novas Saldo Ajustado
ATIVO			
Contas a receber de clientes	1.999	-	1.999
Imóveis a comercializar	15.862	(15.862)	-
Outros ativos circulantes	1.877	(3)	1.874
Total dos ativos circulantes	<u>19.738</u>	<u>(15.865)</u>	<u>3.873</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	2.323	-	2.323
Imóveis a comercializar	1.023	-	1.023
Investimentos	835	5.816	6.651
Outros ativos não circulantes	<u>558</u>	<u>-</u>	<u>558</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>4.739</u>	<u>5.816</u>	<u>10.555</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>24.477</u>	<u>(10.049)</u>	<u>14.428</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Empréstimos e financiamentos	8.616	-	8.616
Adiantamentos de clientes	1.860	(1.860)	-
Outros passivos circulantes	7.542	(1.677)	5.865
Total dos passivos circulantes	<u>18.018</u>	<u>(3.537)</u>	<u>14.481</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	717	-	717
Adiantamentos de clientes	6.512	(6.512)	-
Outros passivos não circulantes	8.079	-	8.079
Total dos passivos não circulantes	<u>15.308</u>	<u>(6.512)</u>	<u>8.796</u>
Total do patrimônio líquido acionistas controladores	<u>(8.849)</u>	<u>-</u>	<u>(8.849)</u>
Total do patrimônio líquido acionistas não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>24.477</u>	<u>(10.049)</u>	<u>14.428</u>

Em 31/12/2012 (data do último exercício apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Originalmente Apresentado	Efeito da adoção das novas IFRs/CPCs	Saldo Ajustado
ATIVOS			
CIRCULANTES			
Contas a receber de clientes	4.479	-	4.479
Imóveis a comercializar	16.413	(16.413)	-
Outros ativos circulantes	<u>3.208</u>	<u>(3)</u>	<u>3.205</u>
Total dos ativos circulantes	<u>24.100</u>	<u>(16.416)</u>	<u>7.684</u>
NÃO CIRCULANTES			

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Contas a receber de clientes	2.635	-	2.635
Imóveis a comercializar	841	-	841
Investimentos	835	5.626	6.461
Outros ativos não circulantes	<u>532</u>	<u>(1)</u>	<u>531</u>
Total dos ativos não circulantes	<u>4.843</u>	<u>5.625</u>	<u>10.468</u>
TOTAL DOS ATIVOS	<u>28.943</u>	<u>(10.791)</u>	<u>18.152</u>
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Empréstimos e financiamentos	5.738	-	5.738
Contas a pagar de partes relacionadas	2.418	(2.418)	-
Adiantamentos de clientes	2.080	(2.080)	-
Outros passivos circulantes	<u>7.838</u>	<u>-</u>	<u>7.838</u>
Total dos passivos circulantes	<u>18.074</u>	<u>(4.498)</u>	<u>13.576</u>
NÃO CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos	601	-	601
Adiantamentos de clientes	6.292	(6.292)	-
Outros passivos não circulantes	<u>9.794</u>	<u>(1)</u>	<u>9.793</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>16.687</u>	<u>(6.293)</u>	<u>10.394</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(5.818)</u>	<u>-</u>	<u>(5.818)</u>
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>28.943</u>	<u>(10.791)</u>	<u>18.152</u>

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração consolidada do resultado

<u>Demonstração do resultado</u>	Consolidado - 31/12/2012		
	Originalmente Apresentado	Efeito da adoção das novas IFRs/CPCs	Saldo Ajustado
Receita	32.496	-	32.496
Custo incorrido das unidades vendidas	<u>(16.690)</u>	<u>-</u>	<u>(16.690)</u>
Lucro bruto	15.806	-	15.806
Despesas operacionais	<u>(10.715)</u>	<u>(3)</u>	<u>(10.718)</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	5.091	(3)	5.088
Resultado financeiro	<u>(1.205)</u>	<u>2</u>	<u>(1.203)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.886	(1)	3.885
Imposto de renda e contribuição social	<u>(855)</u>	<u>1</u>	<u>(854)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>3.031</u>	<u>-</u>	<u>3.031</u>

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa

<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>	Consolidado - 31/12/2012		
	Originalmente Apresentado	Efeito da adoção das novas IFRs/CPCs	Saldo Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.193	663	4.856
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(4)	380	376
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(3.131)	(1.043)	(4.174)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	707	(3)	704
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.765	(3)	1.762

Efeitos da adoção das IFRSs e reclassificações na demonstração consolidada do valor adicionado

<u>Demonstração do valor adicionado</u>	Consolidado - 31/12/2012		
	Originalmente Apresentado	Efeito da adoção das novas IFRs/CPCs	Saldo Ajustado
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	26.153	186	26.339
Valor adicionado recebido em transferência	604	(190)	414
Valor adicionado total a distribuir	26.757	(4)	26.753

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

No exercício social de 2013, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileiras editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.”

“b) Conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., essas práticas diferem das IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.”

No exercício social de 2012, houve duas ênfases no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“Divergência das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais em relação às IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (controladora) essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.”

“Continuidade dos negócios

A Companhia apresentou passivo a descoberto de R\$ 5.818 mil em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 8.849 mil em 2011), em decorrência principalmente dos sucessivos prejuízos operacionais apresentados nos últimos exercícios sociais. Conforme comentado na Nota 1, esforços estão sendo desenvolvidos pela Administração da Companhia em conjunto com o acionista controlador, com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e permitir o retorno da lucratividade às operações. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e do suporte financeiro por parte do acionista controlador, conforme também mencionado na Nota1.”

No exercício social de 2011, houve uma ênfase no relatório dos auditores independentes, as quais estão reproduzidas em sua íntegra, a seguir:

“Comentários sobre a Continuidade dos negócios

A Companhia apresentou deficiência de capital de giro e o passivo a descoberto totalizou R\$ 8.849 mil em 31 de dezembro de 2011, em decorrência principalmente dos sucessivos prejuízos operacionais apresentados nos últimos exercícios sociais. Conforme comentado na Nota 1, esforços estão sendo desenvolvidos pela Administração da Companhia em conjunto com o acionista controlador, com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e permitir o retorno da lucratividade às operações. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e do suporte financeiro por parte do acionista controlador.”

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Políticas contábeis críticas

A Companhia registra suas provisões para contingências de acordo com a classificação de seus assessores legais, seguindo o critério legal (provável / possível / remoto). No que se refere a créditos fiscais a Companhia realiza a ativação de tais créditos conforme revisão anual aprovada pelo Conselho de Administração em relação às projeções de utilização de tais créditos.

Como regra geral, na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registros de ativos, passivos e outras operações tais como: as provisões para contingências aqui mencionadas, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para distratos, vida útil dos bens do imobilizado, resultado de incorporação imobiliária e venda de imóveis, e imposto de renda sobre receitas corrente e diferido, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os diretores e principais executivos da Companhia monitoram e revisam periodicamente estas estimativas e premissas a fim de que os valores das mesmas estejam sempre o mais próximo possível dos valores reais resultantes das operações da Companhia.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Controles Internos

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados é satisfatório na prática de elaboração das demonstrações financeiras, assegurando eficiência e precisão. A Companhia usa o sistema MEGA, programa ERP que permite uma gestão eficiente de todas as atividades da empresa com foco no desempenho equilibrado e nos processos corporativos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não aplicável à Companhia

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7 Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

a) Como os recursos da oferta foram utilizados

Não aplicável a Companhia.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável a Companhia.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável a Companhia.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), inclusive, arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; contratos de construção não terminada; contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável a Companhia.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável a Companhia.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica.

b) Natureza e propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos (inclusive descrição de quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Para desenvolvermos nosso plano de negócios que consiste na prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção, não são necessárias grandes fontes de investimento. As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são as linhas de crédito obtidas com bancos e outras instituições financeiras.

Não houve e não há planejamento de desinvestimentos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não houve aquisições de terrenos, plantas, equipamentos, ou outros ativos relevantes.

c) Novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)

Não há novos projetos em desenvolvimento, pois, conforme descrito na alínea "a" do subitem 10.10, o foco dos negócios da Companhia é prestação de serviço de construção e gerenciamento de construção.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1 Projeções divulgadas e premissas

- a. Objeto da projeção**
- b. Período projetado e o prazo de validade da projeção**
- c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia**
- d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão**

Não há divulgação de projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 Na hipótese de divulgação, durante os 3 últimos exercícios sociais, de projeções sobre a evolução de seus indicadores

- a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais estão sendo repetidas no formulário**

- b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo de desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

- c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar-se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não há divulgação do acompanhamento das projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 Estrutura administrativa

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Conforme consta no capítulo III do Estatuto Social da Companhia, a sua estrutura administrativa se organiza da seguinte forma:

Artigo 6º - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas e residentes no País, entre os quais um Presidente. Parágrafo Segundo - A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Alínea A - Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. Alínea B - As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Alínea C - Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "B".

Artigo 7º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos com a composição referida no parágrafo primeiro do artigo anterior, pela Assembléia Geral Ordinária e terão seus mandatos fixados pelo prazo de um (1) ano, expirando-se na data da Assembléia Geral Ordinária do primeiro ano subsequente ao ato da sua eleição e poderão ser reeleitos, isolada ou conjuntamente. Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração tomarão posse assinando, individualmente, o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões desse mesmo órgão e o prazo de gestão do Conselho de Administração se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. Parágrafo Segundo - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo. Parágrafo Terceiro - Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontrar o voto do Presidente. Parágrafo Quarto - O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos casos de afastamento temporário ou definitivo, e nos impedimentos legais, por qualquer um de seus membros, escolhidos através de votação em reunião convocada especialmente para esse fim. Parágrafo Quinto - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembléia Geral será convocada para proceder à eleição dos cargos então vagos, assumindo os novos Conselheiros esses cargos até o final do mandato dos Conselheiros então remanescentes. Parágrafo Sexto - Quando a eleição dos membros do Conselho de Administração houver sido realizada pelo processo de voto múltiplo, a mesma se fará para todo o colegiado, nada impedindo que os membros então remanescentes sejam reeleitos.

Artigo 8º - Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da sociedade; b) eleger e destituir os Diretores da sociedade; c) criar órgãos técnicos e consultivos, regulando-os e fixando suas atribuições; d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; f) deliberar sobre a emissão de ações; g) autorizar a alienação de bens imóveis do ativo fixo, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; h) distribuir, individualmente, a cada um dos Conselheiros e Diretores, o valor de seus honorários e a

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

participação nos lucros da sociedade; i) praticar os demais atos previstos na lei como de sua competência; j) deliberar acerca das aquisições de ações da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, posterior alienação. Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Conselho de Administração convocar as Assembléias Gerais dos acionistas da sociedade.

Artigo 9º - A Assembléia Geral, ao eleger o Conselho de Administração, fixará os honorários globais do órgão, em conjunto com a Diretoria. Parágrafo Único - Ocorrendo a substituição de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, os substitutos terão seus honorários fixados pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º - Os Diretores da sociedade serão eleitos, com a composição referida no parágrafo segundo do artigo sexto deste estatuto, pelo Conselho de Administração, na mesma data da eleição dos membros desse órgão e terão seus mandatos fixados por prazo idêntico. Parágrafo Primeiro - Os Diretores tomarão posse assinando individualmente o respectivo termo no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. Parágrafo Segundo - A substituição e destituição de qualquer Diretor far-se-á mediante a deliberação do Conselho de Administração, a qualquer tempo, através de reunião de seus membros. Parágrafo Terceiro - No caso de vacância de qualquer cargo na Diretoria, o substituto será nomeado pelo Conselho de Administração e ficará no cargo até o término do mandato dos demais Diretores. Parágrafo Quarto - Os Diretores não são obrigados a prestar qualquer garantia de gestão.

Artigo 11º - Compete à Diretoria a representação da sociedade e a prática dos atos necessários ao seu funcionamento regular.

Artigo 12º - Os membros da Diretoria, observadas as atribuições e poderes conferidos pelo estatuto e pelo Conselho de Administração, podem praticar isoladamente atos regulares de gestão e administração tendentes a alcançar os fins sociais. Parágrafo Único - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições do "caput" deste artigo, convocar e presidir as reuniões da Diretoria; distribuir as funções de seus membros; dar o voto de qualidade em caso de empate nas decisões da Diretoria.

Artigo 13º - A sociedade deverá necessariamente ser representada por dois Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores em conjunto. Parágrafo Único - Será admitida a representação isolada, obrigando-se validamente a sociedade, nos casos seguintes: a) por um Diretor, no ato de receber e dar quitação de valores, em nome da sociedade; b) por um procurador, desde que o mandato tenha expresso o poder do mesmo agir isoladamente.

Artigo 14º - A sociedade poderá constituir procuradores, devendo o instrumento de mandato especificar os poderes do mandatário para agir isoladamente ou em conjunto com um Diretor ou outro procurador, bem como determinar o prazo de validade, que não ultrapassará o ano civil da outorga, executados os mandatos conferidos no mês de dezembro, os quais poderão vigor até o final do ano civil seguinte. Parágrafo Único - Os mandatos "ad judícia" serão conferidos com prazo indeterminado.

Artigo 15º - É expressamente vedado o emprego da denominação social em fianças, aceites, avais e endossos em documentos que não constituírem ato de exclusivo interesse da sociedade, ou que importarem em uma liberalidade. Parágrafo Único - Não se aplicam as disposições deste artigo quando a favorecida for uma empresa subsidiária e esta sociedade for majoritária.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conforme consta no capítulo IV do Estatuto Social da Companhia, a Companhia não tem um Conselho Fiscal permanente, sendo certo que a sua estrutura define-se da seguinte forma:

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Artigo 16º - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de 3 (três) a 5 (cinco) suplentes, residentes no País, acionistas ou não, cada um com a qualificação mínima exigida por lei.

Artigo 17º - Aos membros do Conselho Fiscal competem as atribuições que lhes são conferidas por lei.

Artigo 18º - O Conselho Fiscal somente entrará em funcionamento mediante pedido de acionistas, de acordo com as disposições legais, instalando-se pela Assembléia Geral que eleger seus membros e respectivos suplentes, cujos mandatos expirar-se-ão na data da primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação.

Artigo 19º - A Assembléia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará os honorários mensais de cada um dos membros efetivos quando no exercício de suas funções. Parágrafo Único - Quando o membro efetivo do Conselho estiver afastado de suas funções, os respectivos honorários serão atribuídos ao suplente, se o estiver substituindo.

Não há previsão expressa de criação de comitês.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há mecanismos de avaliação de órgãos e comitês

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Conforme consta em estatuto social, a estrutura administrativa define-se da seguinte forma:

A Diretoria será constituída de no mínimo 2 (dois) e no máximo 5 (cinco) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Técnico e os demais sem denominação específica de cargos, sendo que um dos membros da Diretoria será indicado para a função de Diretor de Relações com o Mercado. Alínea A - Até um terço (1/3) dos membros do Conselho de Administração poderá ser eleito para a Diretoria. Alínea B - As funções de Diretor Técnico sempre serão exercidas por profissional devidamente habilitado, com ampla e total autonomia no exercício de suas atribuições, observadas as prescrições legais. Alínea C - Na inexistência de um membro da Diretoria para o cargo de Diretor Técnico, tais funções serão exercidas pelo Diretor Presidente, que acumulará os cargos de Diretor Presidente e de Diretor Técnico, preenchendo todos os requisitos constantes da alínea "B".

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia realiza a avaliação individual dos seus colaboradores baseada na atuação em iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e comprometimento com metas e prazos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2 Regras, políticas e práticas em assembleias

a. Prazos de convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as Assembleias Gerais da Companhia sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. Até a assembleia geral ordinária realizada em 17 de março de 2013, a Companhia utilizava o jornal Empresas & Negócios, porém optaram os acionistas em assembleia pela troca do jornal eletivo para as publicações legais passando a utilizar o Jornal Diário Comercial (com maior visibilidade e menor custo).

A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b. Competências da Assembleia Geral

São matérias de Assembleia Geral estabelecidas pela Lei das Sociedades Anônimas e pelo Estatuto Social:

- Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso;
- Fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- Reformar o Estatuto Social;
- Deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia;
- Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;
- Aprovar o Plano de Opção de Compra de Ações;
- Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- Deliberar a saída da Companhia do Novo Mercado;
- Deliberar o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- Escolher empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;
- Deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração; e

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- Deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei de Sociedades por Ações.
- c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise.**

Os endereços nos quais os documentos relativos à Assembléia Geral estarão à disposição dos acionistas para análise são:

Físico: Rua Joaquim Floriano, 466 – Edifício Corporate, 2º Andar, Itaim Bibi, CEP 04534-002, São Paulo, SP

Eletrônico:

[i] www.cvm.gov.br

[ii] <http://www.grupoldi.com.br/relacao>

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembléias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

e. Solicitações de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Não adotamos procedimento específico para a outorga de procurações dos membros do conselho de administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

A Companhia adota as formalidades constantes na legislação brasileira para a aceitação de procuração, outrossim, não aceita procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g. Manutenção de fóruns e paginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Não mantemos fóruns e paginas na internet para receber e compartilhar informações e comentários sobre as pautas das Assembléias.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não realizamos a transmissão ao vivo do vídeo e/ou áudio das Assembleias.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não possuímos mecanismos pré-estabelecidos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2013	Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - SP	29/03/2014
		Diário Oficial do Município - SP	29/03/2014
31/12/2012	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	15/03/2013
		Empresas e Negócios - SP	15/03/2013
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	28/03/2012
		Empresas e Negócios - SP	28/03/2012

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4 Regras, políticas e práticas do Conselho de Administração

a. Freqüência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente e deliberará com a presença de 2 (dois) membros no mínimo.

b. Se existirem as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse

Nos casos de empate nas deliberações do Conselho de Administração, será vitoriosa a proposta em favor da qual se encontre o voto do Presidente.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 Descrição da cláusula compromissória, se existir, inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem

Não temos cláusulas compromissórias

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ	39	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2014	Até a próxima assembléia geral ordinária
757.342.495-72	ENGENHEIRO CIVIL	DIRETOR TÉCNICO	30/04/2014	Sim
DIRETOR TÉCNICO				
ADOLPHO LINDENBERG	89	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a data da próxima assembléia geral ordinária
002.442.108-10	ENGENHEIRO	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2014	Sim
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
ARNALDO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA	84	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a próxima assembléia geral ordinária
291.172.838-68	ADVOGADO	CONSELHEIRO	30/04/2014	Sim
ADOLPHO LINDENBERG FILHO				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO	59	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2014	Até a próxima assembléia geral ordinária
004.219.258-76	ENGENHEIRO	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	30/04/2014	Sim
DIRETOR PRESIDENTE, ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES. TAMBÉM OCUPA O CARGO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

SÉRGIO GARRIDO CINCURÁ - 757.342.495-72

Bacharel em Engenharia Civil, atuante no mercado imobiliário e em construtoras de grande porte por vários anos.

Eu, Sérgio Garrido Cincurá, engenheiro civil, brasileiro, casado, titular da cédula de identidade RG nº 04.701.198-02, inscrito no CPF/MF sob o número 757.342.495-72, com domicílio comercial na sede da Companhia, eleito para ocupar o cargo de Diretor Técnico da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 ("Companhia"), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2014, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

ADOLPHO LINDENBERG - 002.442.108-10

Formado em Engenharia e Arquitetura pela Universidade Mackenzie 1949, seus primeiros trabalhos foram a reconstrução de antigas sedes de fazendas pelos arredores de Valinhos e Campinas onde procurou estudar o estilo colonial. Na década de 50, construiu perto de 200 casas residenciais no estilo colonial Paulista e o barroco mineiro. Na década de 50 fundou a Construtora Adolpho Lindenberg que na década seguinte, tornou-se a primeira Construtora de Capital aberto no País, com mais de 500 edifícios construídos.

Eu, Adolpho Lindenberg, indicado para o cargo de membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

ARNALDO VIDIGAL XAVIER DA SILVEIRA - 291.172.838-68

Arnaldo Xavier da Silveira, filho de Martim Affonso Xavier da Silveira e Dulce Vidigal Xavier da Silveira, nascido em 10/12/29, formado pela PUC – SP em 1956, advogado, inscrito na OAB/SP sob nº 9708, advogado interno da Construtora Adolpho Lindenberg S/A durante o período de 1979 a 1997.

Eu, Arnaldo Vidigal Xavier da Silveira, indicado para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, declaro, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial.

ADOLPHO LINDENBERG FILHO - 004.219.258-76

Adolpho Lindenberg Filho, formado em Engenharia Civil pela Universidade Makenzie em 1978, iniciou sua carreira nos escritórios da Construtora Adolpho Lindenberg em 1981 passando por diversos setores da empresa até tornar-se sócio diretor em 1985.

Eu, Adolpho Lindenberg Filho, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 4.289.745-2 SSP/SP, CPF/MF 004.219.258-76, com escritório nesta Capital, na sede da empresa, eleito para ocupar o cargo de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro da Construtora Adolpho Lindenberg S.A., sociedade por ações, com sede localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Edifício Corporate, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.022.042/0001-18, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE 35.300.067.827 (“Companhia”), conforme da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2014, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei aplicável e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse. Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Finalmente, declaro que atendo aos requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Conselheiro	004.219.258-76	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
ADOLPHO LINDENBERG Presidente de Conselho	002.442.108-10	Construtora Adolpho Lindenberg SA	61.022.042/0001-18	
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2013Administrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG
Presidente do Conselho

002.442.108-10

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A
Presidente do Conselho de Administração

07.071.841/0001-39

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração

004.219.258-76

Subordinação

Controlador Direto

Pessoa Relacionada

LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A
Administrador

07.071.841/0001-39

ObservaçãoAdministrador do Emissor

ADOLPHO LINDENBERG FILHO
Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração

004.219.258-76

Subordinação

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

LINDENBERG SP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
Administrador

06.138.869/0001-83

ObservaçãoAdministrador do Emissor

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
--	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA. Administrador	60.665.379/0001-80		
---	--------------------	--	--

Observação**Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo, Diretor de Relação com Investidores e Membro do Conselho de Administração	004.219.258-76	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DA OBRA LTDA. Administrador	06.152.137/0001-48		
--	--------------------	--	--

Observação**Exercício Social 31/12/2012****Administrador do Emissor**

ADOLPHO LINDENBERG Presidente do Conselho de Administração	002.442.108-10	Subordinação	Controlada Direta
---	----------------	--------------	-------------------

Pessoa Relacionada

ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor Financeiro	004.219.258-76		
---	----------------	--	--

Observação**Exercício Social 31/12/2011**

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
ADOLPHO LINDENBERG Presidente do Conselho de Administração	002.442.108-10	Subordinação	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
ADOLPHO LINDENBERG FILHO Diretor Presidente e Diretor de Relação com Investidores	004.219.258-76		
<u>Observação</u>			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Acordos / Seguros de Administradores

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem Seguro de Responsabilidade Civil que preveja o pagamento ou reembolso de despesas suportadas por eles decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à própria Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Outras informações relevantes

Não há.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, quanto aos seguintes aspectos:

a) objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia paga remuneração fixa e variável. Nas subsidiárias, há plano de participação nos lucros e resultados para o pagamento de remuneração variável aos colaboradores com base em avaliação individual de desempenho e alcance de metas, com o objetivo de alinhar interesses da Companhia e de seus colaboradores de forma a estimular o comprometimento destes, atraindo e mantendo profissionais qualificados, melhorando a gestão e a permanência dos colaboradores nos postos ocupados.

b) composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa mensal pelo desempenho de suas funções (pró-labore), sendo que o Presidente do Conselho faz jus aos benefícios de plano de vida, plano de saúde e convênio farmácia.

Diretoria Estatutária

Os membros da diretoria estatutária recebem pró-labore fixo mensal e variável anual de acordo com os resultados da Companhia. O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses destes com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Este subitem não se aplica aos membros do Conselho de Administração, tendo em vista que o único elemento de suas respectivas remunerações é um salário fixo mensal.

Com relação à Diretoria Estatutária, é possível afirmar que não existe um percentual definido para cada elemento (proporção sobre o total aprovado pelos acionistas para a remuneração da administração).

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não há metodologia de cálculo e de reajuste específico para cada um dos elementos. O pró-labore fixo mensal poderá ser reajustado de acordo com os percentuais dos dissídios coletivos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Conforme descrito na alínea “i” acima, as razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos nossos executivos.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho são o atingimento de: (a) metas operacionais e financeiras, tais como: (i) volume geral de obras contratadas; (ii) volume geral de obras entregues; (iii) EBITDA; e (iv) lucro líquido, e (b) desempenho individual, tais como: (i) autonomia; (ii) iniciativa; (iii) capacidade de planejamento; (iv) comprometimento; (v) comunicação; (vi) flexibilidade; (vii) habilidade de relacionamento; (viii) negociação; (ix) solução de problemas; (x) trabalho em equipe e entre outros. Ademais, a remuneração dos administradores também é baseada na avaliação individual, que leva em conta a iniciativa, pró-atividade, tomada de decisões, postura profissional e o relacionamento interpessoal.

d) estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A determinação de um montante de remuneração global para administradores da Companhia e subsidiárias atrelada a um retorno sobre o patrimônio líquido da Companhia é a estrutura designada para vincular a remuneração variável, paga aos colaboradores das subsidiárias e da Companhia de forma geral, e o desempenho de lucratividade.

Desta forma, a parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao desempenho da Companhia no período em questão.

e) alinhamento da política ou prática de remuneração aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Em uma perspectiva de curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários compatíveis com o mercado.

Em médio prazo, visamos obter tal alinhamento por meio do pagamento de variável anual de acordo com os resultados da Companhia a determinados colaboradores.

O formato da remuneração acima descrito procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os da Companhia, a longo prazo.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Parte da remuneração variável anual da diretoria estatutária da Companhia é suportada por intermédio da CAL – Construtora e Serviços de Mão-de-Obra Ltda. (“CAL MO”), controlada da Companhia.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não aplicável.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00			2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	70.200,00			364.800,00
Benefícios direto e indireto	29.800,00			10.000,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			2.525.200,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação				
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		364.800,00		364.800,00
Benefícios direto e indireto		10.000,00		10.000,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		2.525.200,00		2.525.200,00
Participação de resultados		0,00		0,00

Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	100.000,00			2.900.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00			2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	70.200,00			364.773,00
Benefícios direto e indireto	27.317,00			9.051,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00

Observação				
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		364.773,00		364.773,00
Benefícios direto e indireto		9.051,00		9.051,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	97.517,00			373.824,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00			2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	70.200,00			310.133,00
Benefícios direto e indireto	30.000,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			217.752,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação				
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		310.133,00		310.133,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		217.752,00		217.752,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00

Observação				
Total da remuneração	100.200,00			527.885,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00			2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	58.200,00			248.000,00
Benefícios direto e indireto	29.282,00			0,00
Participações em comitês	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00			0,00
Participação de resultados	0,00			0,00
Participação em reuniões	0,00			0,00
Comissões	0,00			0,00
Outros	0,00			0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00			0,00
Cessação do cargo	0,00			0,00
Baseada em ações	0,00			0,00
Observação				
Nº de membros		2,00		2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		248.000,00		248.000,00
Benefícios direto e indireto		0,00		0,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	87.482,00			248.000,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para exercício social a ser encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	2.600.000	0	2.600.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	0	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.500.000	0	
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	876.894	N/A	N/A
Participação nos resultados				

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	N/A	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	R\$236.029,00	0	R\$236.029,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	R\$236.029,00	N/A	R\$236.029,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	R\$217.752,00	N/A	R\$217.752,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2011

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3	2	N/A	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Plano de remuneração baseada em ações

- a. **Termos e condições gerais**
- b. **Principais objetivos do plano**
- c. **Forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. **Como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. **Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. **Número máximo de ações abrangidas**
- g. **Número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. **Condições de aquisição de ações**
- i. **Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**
- j. **Critério para fixação do prazo de exercício**
- k. **Forma de liquidação**
- l. **Restrições à transferência das ações**
- m. **Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**
- n. **Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Não aplicável à companhia.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

		31/12/2013			
		Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Sociedade	Categoria				
Emissor					
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.	Ações ordinárias	42	0	0	42
	Ações preferenciais	575	0	0	575
Controladas					
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Quotas	110	0	0	110
Controladora					
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Ações ordinárias	3.712.383	100.000	0	3.812.383

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária*13.6 Remuneração baseada em ações*

- a. **Órgão**
- b. **Número de membros**
- c. **Em relação a cada outorga de opções de compra de ações**
 - i. **Data de outorga**
 - ii. **Quantidade de opções outorgadas**
 - iii. **Prazo para que as opções se tornem exercíveis**
 - iv. **Prazo máximo para exercício das opções**
 - v. **Prazo de restrição à transferência das ações**
 - vi. **Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções**
 - **Em aberto no início do exercício social**
 - **Perdidas durante o exercício social**
 - **Exercidas durante o exercício social**
 - **Expiradas durante o exercício social**
- d. **Valor justo das opções na data de outorga**
- e. **Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas**

Não aplicável à companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária*13.7 Opções em aberto*

- a. **Órgão**
- b. **Número de membros**
- c. **Em relação às opções ainda não exercíveis**
 - i. **Quantidade**
 - ii. **Data em que se tornarão exercíveis**
 - iii. **Prazo máximo para exercício das opções**
 - iv. **Prazo de restrição à transferência das ações**
 - v. **Preço médio ponderado de exercício**
 - vi. **Valor justo das opções no último dia do exercício social**
- d. **Em relação às opções exercíveis**
 - i. **Quantidade**
 - ii. **Prazo máximo para exercício das opções**
 - iii. **Prazo de restrição à transferência das ações**
 - iv. **Preço médio ponderado de exercício**
 - v. **Valor justo das opções no último dia do exercício social**
 - vi. **Valor justo do total das opções no último dia do exercício social**

Não aplicável à companhia.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária*13.8 Opções exercidas e ações entregues*

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Em relação às opções exercidas informar:
 - i. Número de ações
 - ii. Preço médio ponderado do exercício
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. Em relação às ações entregues informar:
 - i. Número de ações
 - ii. Preço médio ponderado do exercício
 - iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações relativas às ações adquiridas

Não Aplicável.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções*13.9 Precificação das ações/opções*

- a. Modelo de precificação
- b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. Forma de determinação da volatilidade esperada
- e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável à companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários*13.10 Planos de previdência*

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições atualizadas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Itens não aplicáveis à Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.027.293,00	196.680,00	168.000,00	46.200,00	46.200,00	46.200,00
Valor da menor remuneração(Reais)	214.373,00	117.996,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	620.833,00	157.344,00	90.000,00	19.400,00	19.392,00	19.392,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Mecanismos remuneração / indenização

Não aplicável à companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Percentual	83%	83%	83%	48%	100%	100%	N/A	N/A	N/A

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14 Remuneração – Outras funções

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

2011

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	240.000,00	N/A	240.000,00
Controladas do emissor	N/A	180.000,00	N/A	180.000,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2012

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	364.000,00	N/A	364.000,00
Controladas do emissor	N/A	214.000,00	N/A	214.000,00
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

2013

Em Reais mil	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	352.320	N/A	N/A
Controladas do emissor	N/A	1.002.026	N/A	1.002.026
Sociedades sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevante foram divulgadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1 Descrição dos recursos humanos da companhia, fornecendo as seguintes informações:

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Construtora Adolpho Lindenberg S.A

	2011	2012	2013
Diretor	2	2	2
Estagiário	0	0	0
CLT	0	0	0
Conselheiro	3	3	3
Total	5	5	5

CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra LTDA.

	2011	2012	2013
Diretor	2	2	2
Estagiário	24	30	29
CLT	97	138	146
Total	123	170	177

Todos os funcionários da Companhia estão alocados no Estado de São Paulo.

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia e suas subsidiárias tem em média aproximadamente 2.200 funcionários terceirizados alocados em obras geridas pela companhia simultaneamente. Todas as obras da companhia estão localizadas no Estado de São Paulo.

c. Índice de rotatividade

	2011	2012	2013
Total	3%	3%	3%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

d. Exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas controladas eram partes de processos judiciais, cujo valor envolvido de perdas possíveis e prováveis totalizavam aproximadamente R\$ 18,010 milhões, sendo que R\$ 16,175 milhões referem-se a perdas possíveis e R\$ 1,835 milhões (provisionados no balanço) referem-se a perdas prováveis.

Desse volume, R\$ 638 mil referem-se a processos trabalhistas com probabilidade de perda provável e R\$ 8,262 milhões referem-se a processos trabalhistas com probabilidade de perda possível.

Destaca-se entre os processos de natureza trabalhista da Companhia e suas controladas a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A defesa da Sociedade consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Sociedade. Nossos assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Sociedade em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Alterações relevantes em recursos humanos

Não se aplica

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Política de remuneração dos empregados

a. Política de remuneração

Conselheiros

Apenas possuem remuneração fixa, não percebem participação nos resultados.

Diretores e Funcionários

Possui participação nos resultados atrelada a avaliação de desempenho individual.

b. Política de benefícios

A Companhia oferece os seguintes benefícios a todos seus funcionários, independente de cargo, função e tempo de serviço com a Companhia: seguro saúde, seguro odontológico, vale refeição, vale alimentação, vale transporte, convênio farmácia e estacionamento.

c. Plano de remuneração baseado em ações

A companhia não possui plano de remuneração baseado em ações

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Relações emissor / sindicato

A Construtora Adolpho Lindenberg possui como atividade preponderante a Construção Civil, tendo na Cidade de São Paulo o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de São Paulo – SINTRACON-SP como representante do interesse de seus colaboradores.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Jose Oswaldo Morales Junior					
066.016.438-82		Não	Não		
	6.376	5,140000%	4.937	1,990000%	11.313
					3,040000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
Marcos Ribeiro Simon					
042.883.278-49		Não	Não		
	0	0,000000%	19.132	7,710000%	19.132
					5,140000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A					
07.071.841/0001-39	Brasileira-SP	Não	Sim	01/04/2008	
	116.996	94,320000%	202.862	81,780000%	319.858
					85,960000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
	668	0,540000%	21.148	8,520000%	21.816
					5,860000%
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000%			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
	0	0,000000%	0	0,000000%	0
					0,000000%
TOTAL	124.040	100,000000%	248.079	100,000000%	372.119
					100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A				07.071.841/0001-39	
OUTROS					
92.586.795	100,000000	0	0,000000	92.586.795	100,000000
TOTAL					
92.586.795	100,000000	0	0,000000	92.586.795	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2014
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	235
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	8
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

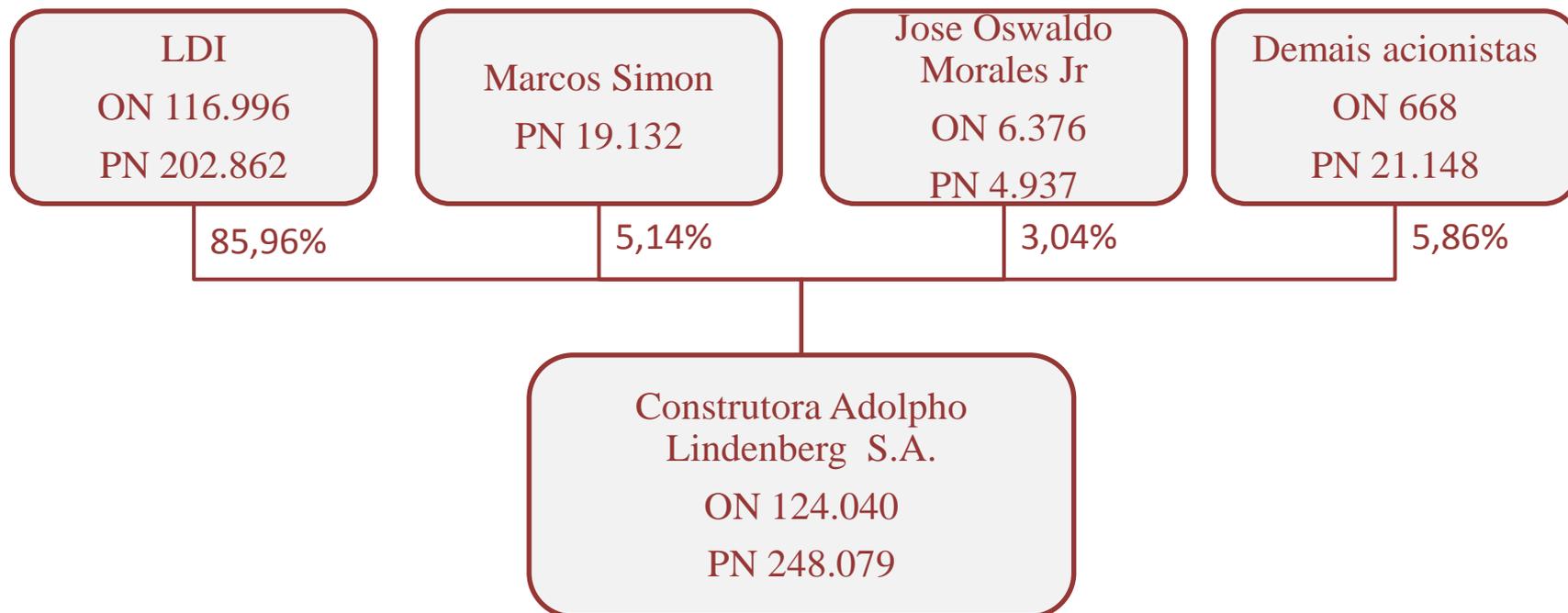
Quantidade ordinárias (Unidades)	7.002	5,640000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	44.642	18,000000%
Total	51.644	13,880000%



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA

15.4 Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2.



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5 Acordo de acionistas

15.5 Qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia

Não há acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações para os últimos três exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1 Regras, políticas e práticas – Partes Relacionadas

As operações e negócios com partes relacionadas à Companhia são sempre realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
ADOLPHO LINDENBERG CONSTRUTORA LTDA.	31/12/2011	556.000,00	556.000,00	NÃO APLICÁVEL	INDETERMINADO	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO APLICÁVEL						
Rescisão ou extinção	NÃO APLICÁVEL						
Natureza e razão para a operação	NECESSIDADE DE NUMERÁRIO						
CAL CONSTRUTORA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA.	31/12/2011	6.222.000,00	567.000,00	NÃO APLICÁVEL	INDETERMINADO	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO APLICÁVEL						
Rescisão ou extinção	NÃO APLICÁVEL						
Natureza e razão para a operação	NECESSIDADE DE NUMERÁRIO						
LINDENBERG SP EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	31/12/2011	3.450.000,00	0,00	NÃO APLICÁVEL	INDETERMINADO	SIM	0,000000
Relação com o emissor	COLIGADA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO APLICÁVEL						
Rescisão ou extinção	NÃO APLICÁVEL						
Natureza e razão para a operação	NECESSIDADE DE NUMERÁRIO						
LINDENCORP DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S/A.	31/12/2011	12.134.000,00	0,00	NÃO APLICÁVEL	INDETERMINADO	SIM	24,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	CONTROLADORA						
Objeto contrato	CONTRATO DE MÚTUO						
Garantia e seguros	NÃO APLICÁVEL						
Rescisão ou extinção	NÃO APLICÁVEL						
Natureza e razão para a operação	NECESSIDADE DE NUMÉRARIO EM TRÂNSITO						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado*16.3 Tratamento de Conflitos/Comutatividade*

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva deliberam sobre todas as operações da Companhia, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2014	8.000.000,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2012	1.116.357,00		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
20/09/2010	38.969.552,70		124.040	248.079	372.119
Tipo de capital	Capital Integralizado				
30/04/2005	8.969.552,70		23.000	46.000	69.000
Capital social por classe de ações		Outros títulos conversíveis em ações			
Classe de ação preferencial	Quantidade de ações (Unidades)	Título	Condições para conversão		
Preferencial Classe A	46.000				

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2010	AGE	20/09/2010	98,97	Subscrição particular	101.040	202.079	303.119	77,24000000	98,97	R\$ por Unidade

Capital social por classe ações**Classe ação preferencial****Quantidade ação por classe (Unidades)**

PNA	202.079
-----	---------

Critério para determinação do preço de emissão

O valor foi fixado de acordo com o disposto no Art. 170 paragrafo 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Forma de integralização

Em espécie conforme boletim de subscrição

30/04/2014	AGEO	30/04/2014	6.883.643,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
------------	------	------------	--------------	----------------------	---	---	---	------------	------	-----------------

Critério para determinação do preço de emissão**Forma de integralização**

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
30/04/2012	30/04/2012	37.852.195,79	0	0	0	97,13520000	0,00

Forma de restituição

O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.

Razão para redução

O valor da redução de capital aprovado será integralmente destinado para a absorção dos prejuízos acumulados apresentados no balanço patrimonial da Companhia de 31 de dezembro de 2011.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes

O aumento de capital social se deu mediante a destinação do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.883.643,00, sem a emissão de novas ações da Companhia.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	<p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Direito a participar da distribuição dos lucros; - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção; - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; - Direito de votar nas assembleias gerais; e - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Classe de ação preferencial	Preferencial Classe A
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	<p>Em cada Assembleia Geral Ordinária, o Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação acerca da destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício anterior e da distribuição de dividendos aos nossos acionistas, com base em nossas demonstrações financeiras anuais não consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores, a provisão para o imposto de renda, contribuição social e quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores.</p> <p>Sempre que registrarmos lucro líquido ao final de cada exercício social, e desde que compatível com a nossa situação financeira, nossos acionistas farão jus ao recebimento de dividendos obrigatórios, podendo, ainda receber juros sobre capital próprio e/ou dividendos intercalares e intermediários.</p>
Direito a voto	Sem Direito
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não

18.1 - Direitos das ações

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos:

- Direito a participar da distribuição dos lucros;
 - Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia;
 - Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações, descritas no item "Direito de Preferência" na presente Seção;
 - Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais;
 - Direito de votar nas assembleias gerais; e
 - Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
-

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2 Regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável à Companhia

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3 Exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável à Companhia

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.624	200,00	111,00	R\$ por Unidade
31/12/2013	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.208	250,00	99,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2012

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2012	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.926	219,99	100,00	R\$ por Unidade
31/12/2012	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.226	80,00	135,00	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2011

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/12/2011	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	45.793	126,01	91,00	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Preferencial	PNA	Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	697.225	130,00	80,01	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações da Companhia são admitidas a negociação na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.8 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia

Não aplicável à Companhia

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.9 Ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro

1. AQUISIÇÃO DO CONTROLE DA LINDENBERG

1.1 **Contrato de Compra e Venda:** Conforme divulgado em Fato Relevante de 1º de abril de 2008, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., celebrou, na mesma data, com BCME Participações e Negócios Ltda. (“Antigo Controlador”) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, tendo por objeto a aquisição do controle da Lindenberg, mediante aquisição de participação direta e indireta de 18.555 ações ordinárias, representativas de 80,67% do capital votante e 12.817 ações preferenciais, representativas de 27,86% do capital representado por ações preferenciais, totalizando 45,47% do capital social total da Lindenberg. Assim, a participação total, direta e indireta, no capital social da Lindenberg adquirida pela Ofertante foi de 18.555 ações ordinárias e 12.817 ações preferenciais de emissão da Lindenberg. Adicionalmente, a Ofertante se comprometeu a adquirir do Antigo Controlador, em contrapartida ao compromisso de venda, 1.750 ações ordinárias representativas de 7,61% do capital ordinário e 2,54% do capital total da Lindenberg, atualmente pertencentes ao espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg, tão logo ocorra a efetiva transferência de referidas ações para o Antigo Controlador. Com a aquisição das Ações de Controle, a Ofertante passou a deter 80,67% do capital votante e 45,47% do capital total da Lindenberg e, com a aquisição das ações atualmente detidas pelo referido espólio, a Ofertante passará a deter 88,28% do capital votante e 48% do capital total da Lindenberg.

1.1.2 Na data do Contrato de Compra e Venda, a Lindenberg publicou fato relevante comunicando ao mercado sobre a aquisição do controle acionário da Lindenberg e a realização da presente Oferta.

1.2 **Preço de Aquisição:** O preço de aquisição das Ações de Controle (“Preço de Aquisição”) foi de R\$7.473.124,12, o que correspondeu a R\$238,21 por ação ordinária da Lindenberg.

1.3 **Pagamento do Preço de Aquisição:** O pagamento do Preço de Aquisição foi contratado para realizar-se em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data do Contrato de Compra e Venda, em moeda corrente nacional, acrescido da variação acumulada da taxa média de depósitos interfinanceiros (“DI”) calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês.

1.4 **Fixação do Preço no Contrato de Compra e Venda:** A atribuição do mesmo preço para as ações ordinárias e preferenciais no Contrato de Compra e Venda se deu em virtude de não haver, no entendimento das partes, elementos objetivos que pudessem fundamentar a adoção de um valor diferenciado para as diferentes espécies de ação. O Preço de Aquisição foi definido para o controle da Lindenberg, considerando neste bloco a totalidade de ações detidas pela vendedora, que constituíram o objeto do negócio. Adicionalmente, não haveria justificativa para atribuição de valores distintos haja vista que os valores de negociação no mercado das ações preferenciais à época eram inclusive superiores ao valor por ação resultante do Contrato de Compra e Venda.

2 OFERTA

2.1 **Ações Objeto da Oferta:** Foram objeto da Oferta a totalidade das Ações Ordinárias não detidas pela Ofertante, pelo Espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg e pelos Administradores, o que representa um total de 2.692 ações ordinárias de emissão da Lindenberg, representativas de 11,71% do seu capital votante e 3,90% do seu capital social total.

2.2 **Preço da Oferta:** O preço de aquisição das Ações Ordinárias na Oferta (“Preço da Oferta”) foi de R\$190,57 por Ação Ordinária, o que equivale a 80% do valor pago pela Ofertante ao Antigo Controlador pelas ações ordinárias de emissão da Lindenberg, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

2.3 **Pagamento do Preço da Oferta:** A todos aqueles que aceitaram a Oferta o Preço da Oferta foi pago à vista, em moeda corrente nacional, atualizado pela variação acumulada da taxa média de DI calculada *pro rata die*, e juros de 0,3% ao mês, calculados *pro rata temporis* até a data da liquidação financeira da Oferta desde a data do Contrato de Compra e Venda (1º de abril de 2008).

2.4 **Consequência da Aceitação da Oferta:** Ao aceitar esta Oferta, cada acionista da Lindenberg concordou em dispor e efetivamente transferir à Ofertante a propriedade de suas Ações Ordinárias, incluindo todos os direitos inerentes às mesmas.

2.5. **Oferta com procedimento diferenciado:** Foi aprovada pelo Colegiado da CVM, em reunião realizada em 30 de setembro de 2008, a realização da Oferta com adoção de procedimento diferenciado nos termos do artigo 34 da Instrução CVM n.º 361/02, consistente na dispensa de publicação de Edital da Oferta e de realização de leilão em bolsa de valores.

3. CREDENCIAMENTO PARA ALIENAÇÃO DE AÇÕES

3.1 **Validade:** Referida Oferta permaneceu válida pelo período de 40 dias corridos, contados a partir da data de publicação de Fato Relevante informando sobre o lançamento da Oferta, ou seja, de 13/10/2008 (“Data de Lançamento”) a 21/11/2008. A Oferta se encerrou em 21/11/2008, sendo a liquidada financeira realizada em 25/11/2008 (“Data da Liquidação”).

4. LAUDO DE AVALIAÇÃO

4.1 **Laudo de Avaliação:** Nos termos do artigo 8º da Instrução CVM n.º 361/02 e do seu Anexo III, o Laudo de Avaliação da Lindenberg (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela PLANCONSULT Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, n.º 13.797, Bloco II, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 51.163.798/0001-23, o qual foi datado de 29 de abril de 2008 e que apurou o preço das ações de emissão da Lindenberg pelo valor econômico da Lindenberg, conforme metodologia de Fluxo de Caixa Livre para o Acionista. Por este critério, foi apurado o valor para a companhia de R\$17.671.000,00 o que corresponde a R\$256,10 por cada ação.

Segue abaixo o valor por ação de acordo com os demais critérios de avaliação previstos no artigo 8º e Anexo III da Instrução CVM 361/02:

(i) preço médio ponderado de cotação das ações: de acordo com o descrito no item 6.6, não houve negociações com ações ON da Lindenberg nos anos de 2007 e 2008 até o presente momento. Já no que se refere às ações PN da Lindenberg, observa-se que o preço médio ponderado da cotação no período compreendido entre Janeiro/2007 e Dezembro/2007 é de R\$751,00;

(ii) valor do patrimônio líquido por ação: de acordo com o descrito no item 6.5, verifica-se que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/12/2007, é negativo e corresponde a (R\$45,087) e que o valor do patrimônio líquido por lote de 1.000 ações, em 31/03/2008, é negativo e corresponde a (R\$74,014);

5. RESULTADO DA OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE ACIONÁRIO

5.1. No encerramento da OPA, 824 (oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias da Companhia foram adquiridas pela LDI, representando 1,1942% do capital social e 2,189859% das ações em circulação da Companhia.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

5.2. A aquisição de 824 (oitocentos e vinte e quatro) ações pela **LDI**, mediante a realização da OPA, elevou o seu percentual total de participação no capital social da Companhia de 45,47% para 46,6642%.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável a Companhia

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

28/03/2014

Cargo e/ou função

- (i) pela própria Companhia;
- (ii) pelo acionista ou grupo de acionistas, vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que detenha direta ou indiretamente, de fato ou de direito, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades da Companhia;
- (iii) pelos os diretores e membros do conselho de administração da Companhia e/ou de suas Controladas, bem como membros de quaisquer órgãos da Companhia e/ou de suas Controladas com funções técnicas e/ou consultivas;
- (iv) pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia (se houver);
- (v) pelos empregados e/ou colaboradores da Companhia, de Controladas e de coligadas da Companhia, bem como os estagiários destas;
- (vi) pelas pessoas que prestem serviços à Companhia, às Controladas e às coligadas da Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, instituições do sistema de distribuição, assessores, advogados, contadores, que tenham acesso à informação privilegiada ;
- (vii) pelos terceiros com acess

Principais características

Em 28 de março de 2014 a Conselho de Administração da Companhia aprovou a sua nova Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes, incluindo em seu bojo as regras para negociação de valores mobiliários. O texto integral da nova POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS pode ser conferido no site da Companhia: <http://www.grupoldi.com.br/relacao>.

O objetivo da Política de Negociação é estabelecer as regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando à negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informação Relevante.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

- 4.1. Antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido nos negócios da Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria Companhia, pelos Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, administradores, membros do Conselho Fiscal ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas Controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante.
- 4.2. A vedação à negociação determinada no item 4.1 acima também prevalecerá se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.
- 4.3. Tão logo a Companhia divulgue o fato relevante ao mercado, as vedações deixarão de vigorar, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da companhia ou dela própria.
- 4.4. As vedações previstas não se aplicam às negociações realizadas pela própria Companhia, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, de acordo com política de negociação aprovada da Companhia.
- 5.1. Todos os Administradores devem enviar à Companhia, à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores ou entidades do mercado de balcão organizado, as informações sobre a titularidade e as negociações realizadas com quaisquer espécie de valores mobiliários emitidos pela própria Companhia, suas Controladas ou suas controladoras, desde que sejam companhias abertas.
 - 5.1.1. Os Administradores deverão informar, também, todos os valores imobiliários emitidos pela Companhia de titularidade do cônjuge, companheiro, dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda e sociedades por eles controladas, direta ou indiretamente.
 - 5.1.4. É responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores transmitir todas as informações recebidas em conformidade com este item à CVM.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existe outras informações salvo aquelas já informadas neste item.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos

Exceto pela política de divulgação, não há.

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

21.2 Política de Divulgação

Na qualidade de companhia aberta, devemos atender às exigências relativas à divulgação, previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos instrumentos normativos expedidos pela CVM.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Essa lei prevê também a obrigação de arquivarmos na CVM acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembléias Gerais, bem como as atas dessas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos apresentar demonstrações contábeis consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e consolidado que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos.

Quatro meses após o encerramento de cada exercício social, a Companhia deve, adicionalmente ao previsto na legislação vigente: (i) elaborar demonstrações contábeis e demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais IFRS, em reais, que deverão ser divulgadas na íntegra, acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar a íntegra das demonstrações contábeis, relatório da administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes. Os auditores independentes pela Companhia contratados, além de serem registrados na CVM, devem possuir experiência comprovada no exame das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os padrões internacionais IFRS, conforme o caso, sendo que a Companhia deve responder pelo atendimento dessa formalidade.

A Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas, coligadas, seus administradores, seus Acionistas Controladores, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos Acionistas Controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano.

Divulgação de Informações Trimestrais e Informações Anuais

Em suas Informações Trimestrais – ITR, além das informações exigidas pela legislação aplicável, a Companhia deverá: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado, e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

detiver mais de 5% (cinco por cento) das ações de cada espécie e classe do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os acionistas controladores, os administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa da Companhia e Consolidado; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e vinculação a cláusula compromissória de arbitragem.

As Informações Trimestrais – ITR deverão ser sempre acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditor independente devidamente registrado na CVM, observando a metodologia especificada das normas editadas pela CVM.

Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Membro do Conselho de Administração, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a Companhia, à CVM e à BOVESPA o número, tipo e a forma de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, das sociedades controladas e das sociedades que detêm controle, que são detidos por eles ou por pessoas próximas a eles, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas a nós dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorreram.

Além disso, os Acionistas Controladores da Companhia devem divulgar as informações acima à BOVESPA, incluindo informação relativa a derivativos.

De acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% a participação em qualquer espécie de ação de nosso capital social, direta ou indiretamente, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, tal acionista ou grupo de acionistas deverá comunicar à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionistas controladores, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura

21.2 - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o diretor de relações com investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos Acionistas Controladores ou nossos Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Responsáveis pela Política

Diretor de Relação com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 Aquisição ou Alienação de Ativo Relevante

Não aplicável à Companhia

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 Alteração na conduta de negócios

Não aplicável à Companhia

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 Contratos Relevantes

Não aplicável à Companhia

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item.